

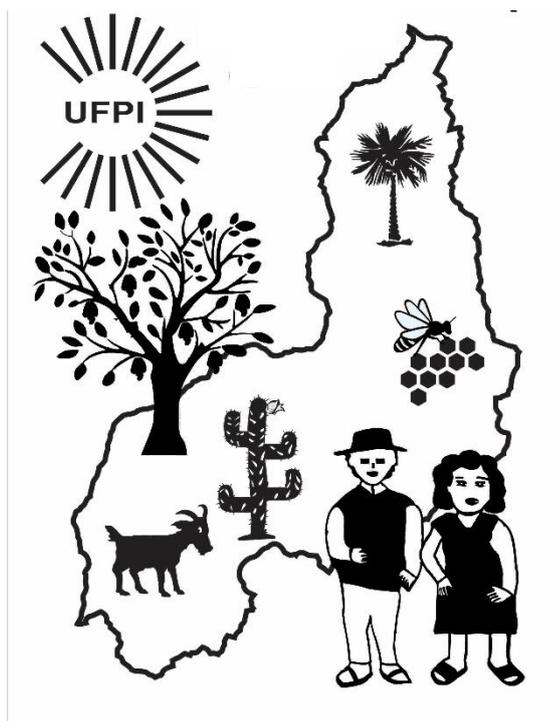


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS



**CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO/CIÊNCIAS DA
NATUREZA**

PROJETO PEDAGÓGICO



PICOS
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO/CIÊNCIAS DA NATUREZA



REITOR

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

VICE-REITORA

Profa. Dra. Nadir Nascimento Nogueira

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos

COORDENADORA DE CURRÍCULO

Profa. Dra. Mirtes Gonçalves Honório de Carvalho

DIRETOR DO CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Profa. Dra. Tamaris Gimenez Pinheiro. Coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

Profa. Dra. Suzana Gomes Lopes. Subcoordenadora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

Profa. Dra. Juliana do Nascimento Bendini. Professora e Membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

Prof. Me. Gardner de Andrade Arrais. Professor e Membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

Profa. Ma. Edneide Maria Ferreira da Silva. Professora e Membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

Prof. Me. Fábio Soares da Paz. Professor e Membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

Esp. Daniela Rosa Alves da Silva Pereira – Pedagoga do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
1.1 Denominação do curso	4
1.2 Criação do curso	4
1.3 Reconhecimento do curso	4
1.4 Título acadêmico	4
1.5 Modalidade	4
1.6 Regime de matrícula	4
1.7 Regime letivo	4
1.8 Forma de acesso	4
1.9 Turnos de oferta	4
1.10 Vagas oferecidas por processo seletivo	4
1.11 Duração do curso	4
1.12 Carga horária do curso	4
2 APRESENTAÇÃO.....	5
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	6
3.1 Histórico da Universidade Federal do Piauí.....	6
3.2 Missão da UFPI	8
3.3 Objetivos e funções da UFPI	9
3.4 Princípios de organização da estrutura da UFPI.....	10
4 JUSTIFICATIVA	12
4.1 Marco conceitual	15
4.2 Marco metodológico.....	16
4.3 Marco legal.....	19
4.4 Diagnóstico da formação para a docência	20
5 OBJETIVOS DO CURSO.....	21
5.1 Objetivo geral	21
5.2 Objetivos específicos.....	22
6 PRINCÍPIOS CURRICULARES NORTEADORES DO CURSO	22
7 PROCESSO DE SELEÇÃO E ACESSO.....	24
8 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	25
9 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	257
10 ESTRUTURA CURRICULAR.....	28
10.1 Matriz curricular	28

10.2 Componentes curriculares	29
10.3 Fluxograma do curso	32
10.4 Disciplinas e seus pré-requisitos	33
10.5 Ementa das disciplinas/Bibliografia	36
10.6 Ementa das disciplinas optativas	53
11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	53
11.1 Caracterização do estágio supervisionado	56
11.2 Coordenação do estágio supervisionado	58
11.3 Orientador do estágio supervisionado	58
11.4 Supervisor do estágio supervisionado	59
11.5 Plano de estágio supervisionado	59
11.6 Acompanhamento, controle e avaliação do estágio supervisionado	60
11.7 Pesquisa e extensão no estágio supervisionado	60
11.8 Dispensa do estágio supervisionado	60
11.9 Orientações para o estagiário	61
12 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC.....	62
12.1. Diretrizes gerais para o Trabalho de Conclusão de Curso	62
13 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	65
14 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	70
15 APOIO AO DISCENTE.....	75
16 METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	75
16.1 Caracterização do tempo-universidade	76
16.2 Caracterização do tempo-comunidade	77
17 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO	78
17.1 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem	78
17.2 Avaliação do projeto do curso.....	80
18 RECURSOS HUMANOS	80
18.1 Docentes	80
18.2 Servidores	80
19 INFRAESTRUTURA.....	84
REFERÊNCIAS	86

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO/CIÊNCIAS DA NATUREZA
PROJETO PEDAGÓGICO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 Denominação do curso

Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza

1.2 Criação do curso

Resolução N° 005/2014

Publicação: 12 de fevereiro de 2014

1.3 Reconhecimento do curso

Em processo

1.4 Título acadêmico

Licenciado em Educação do Campo/Ciências da Natureza

1.5 Modalidade

Licenciatura - Ensino Presencial

1.6 Regime de matrícula

Semestral

1.7 Regime letivo

Bloco Semestral

1.8 Forma de acesso

Processo seletivo de acordo com Edital específico da UFPI.

1.9 Turnos de oferta

Diurno

1.10 Vagas oferecidas por processo seletivo

120vagas/ano – 60 alunos por semestre

1.11 Duração do curso

Mínimo: 8 semestres;

Média: 12 semestres; Máximo: 16 semestres

1.12 Carga horária do curso

Carga horária total: 3.260 horas

Total de disciplinas teóricas e práticas: 2.535 horas

Atividades teóricas: 1.905 horas

Atividades práticas (técnico-científicas): 225 horas

Prática como componente curricular: 405 horas

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): 120 horas

Estágio Supervisionado: 405 horas

Atividades complementares: 200 horas

2 APRESENTAÇÃO

Em consonância com o Edital Nº 02, de 05 de setembro de 2012, que se caracterizou pela Chamada Pública para Seleção de Projetos de Instituições Públicas de Ensino Superior para o PROCAMPO, a Universidade Federal do Piauí, mais especificamente, o *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), apresenta o Projeto Pedagógico para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC)/Ciências da Natureza, que se destina à formação inicial de discentes oriundos da área rural para atuarem nas escolas do campo situadas em contextos socioculturais diversificados.

Neste projeto, expõe-se o contexto, as justificativas e as diretrizes curriculares organizativas para o desenvolvimento do Curso, em atendimento às demandas das políticas públicas para a Educação do Campo, bem como às proposições dos Movimentos Sociais e Sindicais, Fórum Nacional de Educação do Campo, secretarias estaduais e municipais de educação.

Assim, a Universidade Federal do Piauí, buscando realizar sua missão de elaborar, sistematizar e disseminar os saberes das diversas áreas epistemológicas, vem colaborar com o desenvolvimento regional e nacional por meio da formação de professores de Ciências da Natureza, com base na Pedagogia da Alternância, para a docência nos ciclos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para a Educação do Campo.

A viabilização de formação superior específica para participantes dos movimentos camponeses tem como pretensão promover a expansão da oferta da Educação Básica nas comunidades rurais; o atendimento à demanda apresentada no campo, local em que há carência de professores qualificados para o ensino das Ciências da Natureza; além do auxílio à superação das desvantagens educacionais, observando os princípios de igualdade e gratuidade quanto às condições de acesso.

Serão beneficiados anualmente 120 discentes oriundos da área rural, para atuarem nas escolas do campo situadas em contextos socioculturais diversificados. Estes discentes serão selecionados mediante processo seletivo específico, que garanta o acesso democrático ao Curso.

O Curso tem caráter regular e apoia-se em duas dimensões de alternância formativa integradas: o tempo-universidade e o tempo comunidade. As atividades do tempo-universidade serão realizadas nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto, e, durante encontros sistemáticos no intervalo de cada tempo-universidade, parte constituinte das disciplinas e do Seminário Integrador. As atividades que configuram a dimensão tempo-comunidade serão realizadas no espaço socioprofissional e familiar do aluno, para que ele possa refletir sobre os problemas, discutir com a comunidade, com os movimentos sociais, com colegas e familiares, levantando

hipóteses acerca das soluções possíveis. Esta dimensão se concretizará em sala de aula, a cada retorno para as atividades de tempo-universidade, mediante discussões e socializações.

A integralização do curso deverá ocorrer (preferencialmente) em oito semestres. Os conteúdos estão distribuídos na matriz curricular caracterizada pelo regime de blocos de disciplinas. A sistemática de avaliação da aprendizagem priorizará as atividades realizadas durante todo o processo de ensino-aprendizagem, atendendo à Resolução N° 177/2012 CEPEX/UFPI, por disciplina e semestralmente. A avaliação das ações do projeto será contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta de formação de professores em Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

3.1 Histórico da Universidade Federal do Piauí¹

A Universidade Federal do Piauí foi instituída sob a forma de Fundação, por meio da Lei Federal N° 5.528, de 12 de novembro de 1968, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 14 de novembro de 1968. A instituição se originou da junção de algumas faculdades isoladas até então existentes no Piauí: Faculdade de Direito do Piauí, Faculdade de Medicina do Piauí, Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, Faculdade de Enfermagem e Odontologia do Piauí, de Teresina, e Faculdade de Administração do Piauí, de Parnaíba.

Posteriormente, a formação do seu patrimônio foi regulamentada por intermédio do Decreto-Lei Federal N° 656, de 27 de junho de 1969, por sua vez, publicado no DOU no dia 30 de junho do mesmo ano. Também teve sua institucionalização publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí N° 209, em 22 de dezembro de 1969.

Após suprir as exigências legais para sua implantação, a instalação da UFPI se consolidou em 1º de março de 1971, no Salão de Festas da Sociedade Civil Clube dos Diários, em Teresina, Piauí, em solenidade pública dirigida pelo então Diretor da Faculdade de Direito do Piauí, Professor Robert Wall de Carvalho, investido naquele ato histórico-político de Reitor *Pro Tempore* e, presidida pelo então Governador do Estado do Piauí, João Clímaco D’Almeida. A partir de então começaram, de fato, as atividades acadêmico-administrativas de uma Instituição de Educação Superior da maior significância para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Estado do Piauí.

¹Texto constante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2010-2014) da Universidade Federal do Piauí.

Seu Estatuto foi aprovado pelo Decreto Nº 66.651, de 01 de junho de 1970, tendo sido apenas “uma expressão de vontades”. O segundo Estatuto foi aprovado pelo Decreto Nº 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27/04/1973 e sofreu ulteriores alterações (Portaria Nº 453/78 MEC, publicado no DOU de 02/06/1978; Portaria Nº 180 MEC, de 05/02/1993, publicada no DOU Nº 26, de 08/02/1993). A reformulação, objetivando a adaptação à LDBEN/1996 foi autorizada pela Resolução Nº 15/1999 CONSUN/UFPI e Parecer Nº 665/1995 CES/CNE, aprovado pela Portaria Nº 1.225 MEC, de 30/07/1999, publicada no DOU Nº 147-E, de 03/08/1999.

O Regimento Geral da UFPI foi adaptado à LDBEN/1996 através da Resolução do Nº 45/99 CONSUN/UFPI e alterado posteriormente pela Resolução Nº 21/2000 CONSUN/UFPI. O Estatuto da Fundação (FUFPI) foi aprovado pela Portaria Nº 265/1978 MEC e alterado pela Portaria Nº 180/1993 MEC, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993.

De 1971 a 2005 a UFPI trabalhou apenas com ensino presencial, porém em 2006, conforme previa o PDI 2005-2009, houve o credenciamento para ensino a distância e criação do Centro de Educação a Distância (CEAD), após concorrer à Chamada Pública do Edital Nº 01/2005, cujos objetivos eram oferecer educação gratuita e de qualidade à população piauiense, em seu respectivo domicílio; criar cursos que atendessem às necessidades socioeconômicas de cada região; e administrar as atividades técnicas e administrativas junto às devidas coordenações responsáveis pelo funcionamento do CEAD.

Inicialmente, foi criado o Curso de Bacharelado em Administração, em caráter experimental e, no segundo semestre de 2006, ocorreu a ampliação do número de cursos ministrados na modalidade de Educação à Distância (EAD), sendo criadas oito novas graduações. A partir de 2006, houve a adesão da UFPI ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o qual teve por objetivo dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso permanência na Educação Superior, de forma a consubstanciar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Lei Nº 10.172/2001. Esta estabelece o provimento de Educação Superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década.

Considerando-se a insuficiência da oferta de vagas, em termos quantitativos, pelo sistema federal de Ensino Superior, para atender à demanda educacional do Estado, a UFPI realizou estudos e debates internos e externos acerca do REUNI para possibilitar a expansão da oferta, sem prejudicar o patamar de excelência alcançado pelas universidades federais brasileiras ao longo das últimas décadas. Em decorrência deste trabalho de expansão e interiorização, no processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos de graduação da UFPI, em 2009 foram

oferecidas 5.706 vagas para 92 Cursos, em ensino presencial, nas modalidades bacharelado e licenciatura, incluindo-se neste número, em alguns casos, a repetição de uma mesma área em distintos *campi* ou mesmo de turno.

Em observância à Política de Inclusão Social, a UFPI destinou 20% das vagas para candidatos que cursaram a Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) integral e exclusivamente em Escolas Públicas. Para o ensino na modalidade a distância foram oferecidas em 2009 um total de 3.050 vagas para oito cursos, nas modalidades bacharelado e licenciatura, ministrados através do Centro de Educação Aberta a Distância (CEAD), tanto na sede dos *campi* como em outros municípios, perfazendo 31 polos situados em 31 diferentes cidades do Estado do Piauí.

Para ingresso nos cursos de Pós-graduação ao longo de 2009, foram oferecidas aproximadamente 2.000 vagas, distribuídas entre os cursos de especialização, programas de residência médica e médico-veterinária, mestrado e doutorado. Para ingresso nos cursos de Educação Básica (Ensino Médio), foram oferecidas 448 vagas nos Colégios Agrícolas de Teresina, Floriano e Bom Jesus.

Como instituição de ensino superior integrante do sistema federal de ensino superior brasileiro, a UFPI é a maior universidade pública e a única de natureza federal do Estado do Piauí, destacando-se não apenas pela abrangência de sua atuação, como pelo crescimento dos índices de produção intelectual, características estas que a projetam em uma posição de referência e de liderança regional.

São, portanto, décadas de uma jovem Instituição que faz história no cenário piauiense, nordestino e brasileiro ao equiparar-se a outras grandes instituições do país. A UFPI é constantemente repensada, revista, recriada, reestruturada nas várias dimensões de sua atuação: ensino, pesquisa e extensão. Tanto a graduação quanto a pós-graduação têm crescido em números e em qualidade e, em consonância com sua missão, contribuído para o desenvolvimento local e regional.

3.2 Missão da UFPI²

De acordo com o Estatuto da Universidade é missão da UFPI:

Propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando

²Texto constante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2015-2019) da Universidade Federal do Piauí.

recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2015), em sua atuação, a UFPI observa, sobretudo, cinco princípios norteadores, e que representam, portanto, os seus valores: I. Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; II. Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; III. Difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais; IV. Inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, incluindo as pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado; V. Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

Para a consolidação desses valores as seguintes diretrizes são estabelecidas: a) inovação e qualidade acadêmica; b) expansão de vagas e cursos; rotina de debates, para a revisão dos processos de formação, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais, com incentivo as políticas afirmativas; c) integração das atividades pedagógicas em todos os níveis; expansão, com qualidade, dos ensinamentos de graduação, técnico e pós-graduação; articulação da graduação com a pós-graduação e de ambas com a extensão; d) utilização dos resultados da avaliação para melhoria permanente da qualidade; e) utilização efetiva dos recursos das tecnologias da informação e comunicação no ensino presencial e, sobretudo na educação a distância; f) internacionalização e mobilidade acadêmica; g) pesquisa e extensão articuladas com a dimensão curricular do ensino de graduação e pós-graduação; apoio aos discentes no tripé acesso-permanência-conclusão; h) socialização dos resultados obtidos nas pesquisas; agendas de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável; i) formação de redes intra e extra muros para fortalecimento do ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento e inovação; j) proteção da propriedade intelectual e incentivo a transferência de tecnologia para a sociedade.

3.3 Objetivos e funções da UFPI

A universidade tem como objetivo cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado. Compete à UFPI, de acordo com o capítulo I do seu estatuto:

a) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

- b) formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- c) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento e do meio em que vive;
- d) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicação ou de outras formas de comunicação;
- e) suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- f) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- g) promover extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

3.4 Princípios de organização da estrutura da UFPI²

A estrutura organizacional da UFPI, segundo o seu Estatuto, é regida pelos seguintes princípios: a) unidade de patrimônio e administração; b) organicidade de estrutura, com base em Departamentos ou Chefias de Cursos, reunidos em unidades de ensino denominadas de Centros de Ciências, Centro de Tecnologia e Centro de Educação Aberta e a Distância, no *campus* sede e em *campi* localizados no interior do Estado; c) indissociabilidade das funções de ensino, pesquisa e extensão, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; d) racionalidade de organização, com utilização plena de recursos humanos e materiais; e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos e de áreas técnico-profissionais; f) flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e projetos de pesquisa.

Na busca perene de seus objetivos, a UFPI goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, pautando-se na utilização de recursos

humanos e materiais, enfatizando a universalidade do conhecimento e o fomento à interdisciplinaridade.

A sua administração central é composta pela Reitoria, Vice-Reitoria e por sete Pró-reitorias: Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PREG); Pró-reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG); Pró-reitoria de Pesquisa (PROPESQ); Pró-reitoria de Extensão (PREX); Pró-reitoria de Administração (PRAD); Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN); e Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC). Seus cursos e programas, vinculados às pró-reitorias já especificadas são ministrados no *campus* sede e em quatro *campi* sediados no interior do Piauí: Campus Ministro Reis Veloso (CMRV), em Parnaíba; Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), em Picos; Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE), em Bom Jesus; e Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS), em Floriano.

No *campus* sede existem seis unidades de ensino convencionalmente denominadas de centros de ensino, que são: o Centro de Ciências da Educação (CCE), Centro de Ciências da Natureza (CCN), Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Ciências da Saúde (CCS) e Centro de Tecnologia (CT) e mais um centro diferenciado que congrega os cursos na modalidade EaD: Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD). Integram também a estrutura da UFPI três Colégios Técnicos, que ministram cursos ligados à Educação Básica, sendo um localizado em Teresina e dois no interior do Estado, nos municípios de Floriano e de Bom Jesus, cujas estruturas acadêmico-administrativas localizam-se nas proximidades do CAFS e CPCE, respectivamente.

De acordo com dados institucionais, o total de alunos matriculados em 2014 foi de 38.516 alunos distribuídos nos 169 cursos de graduação (presencial e a distância) (36.172 alunos), 35 mestrados (576 alunos); sete doutorados (134 alunos) e 14 cursos de especialização (1.634 alunos). Atualmente a instituição conta com nove turmas de Doutorado Interinstitucional (DINTER), sendo 05 (cinco) em andamento (Ecologia dos Ambientes Aquáticos Continentais, Educação, Filosofia, História e Políticas Públicas) e quatro aprovados na UFPI, aguardando aprovação da CAPES (Direito, Educação, Educação Física e Tecnologia).

Dentre os docentes do magistério superior, cerca de 95% (1.462) são pós-graduados, destes, aproximadamente 88% (1.307) possui pós-graduação *stricto sensu* e 7% (107), pós-graduação *lato sensu*. Há, ainda, aproximadamente 5% (76) do pessoal sem curso de pós-graduação. Do pessoal docente da Educação Básica (Ensino Médio e Técnico), 79,80 % (83) são pós-graduados, sendo 54,80% (57) com pós-graduação *stricto sensu* e 46,20% (21) têm pós-graduação *lato sensu*; ficando um contingente de 20,19% ainda sem pós-graduação.

O *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), localiza-se no município de Picos, bairro Junco e foi instalado em 1981. Atualmente, oferta 11 cursos presenciais de graduação atendendo a 3.312 alunos; conta com um total de 261 servidores, dos quais, 62 são técnicos administrativos e 199 são docentes (153 efetivos e 46 substitutos). O CSHNB oferece infraestrutura adequada em termos de salas de aula, laboratórios, gabinetes de professores, restaurante universitário, biblioteca central, dentre outras necessidades que o curso apresenta.

A mesorregião de Picos é composta pelos municípios de Bocaina, Aroeira do Itaim, Dom Expedito Lopes, Geminiano, Itainópolis, Paquetá, Santana do Piauí, Santo Antônio de Lisboa, São João da Canabrava, São José do Piauí, São Luís do Piauí, Sussuapara, Vera Mendes, Belém do Piauí, Caldeirão Grande do Piauí, Francisco Macedo, Jaicós, Marcolândia, Massapê do Piauí, Padre Marcos, Simões, Acauã, Betânia do Piauí, Caridade do Piauí, Curral Novo do Piauí, Jacobina do Piauí, Patos do Piauí, Paulistana, Queimada Nova, Alagoinha do Piauí, Alegrete do Piauí, Campo Grande do Piauí, Francisco Santos, Fronteiras, Monsenhor Hipólito, Pio IX, São Julião e Vila Nova. O Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza pretende atender a demanda dos municípios dessa mesorregião que, com exceção da sede, são caracterizados por pequeno índice de densidade demográfica e urbana e tem nas atividades agropecuárias e extrativistas sua maior fonte de geração de trabalho e de renda, além das bases culturais.

4 JUSTIFICATIVA

Com o intuito de atender a demanda de formação de professores para escolas do campo, especificamente, em Ciências da Natureza, a UFPI submeteu o Projeto Pedagógico do Curso à Chama Pública para seleção de Instituições Federais de Ensino Superior e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para criação de cursos presenciais de Licenciatura em Educação do Campo do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO, em cumprimento à Resolução CNE/CEB N° 1, de 03/04/2002, ao Decreto N° 7.352, de 04/11/2010 e em consonância com o Programa Nacional de Educação do – PRONACAMPO (Edital N° 02/2012 SESU/SETEC/SECADI/MEC).

A educação no e do campo, se depara, historicamente, com um cenário de precariedade decorrente da inexistência de políticas eficientes retratadas pelas ações compensatórias, programas e projetos emergenciais que, desconsideram o campo como espaço de vida e de constituição de sujeitos-cidadãos. Tais políticas reforçam a exclusão social, distanciando ainda mais a educação ofertada no meio urbano daquela ofertada no meio rural, ou no campo.

Felizmente, muitos têm sido os movimentos relacionados à pauta do campo para o cenário das políticas educacionais, junto ao atual Governo Federal. De fato, segundo Ramos, Moreira e Santos (2004), a partir de 2003, o Ministério da Educação (MEC) deu início ao planejamento de uma política capaz de valorizar a Educação do campo e priorizar a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura familiar como instrumentos indispensáveis de inclusão social. A ideia destas políticas é oferecer a Educação Básica no meio rural com a qualidade que assegure o direito do aluno ao acesso e permanência na escola.

Desse modo, apresenta-se nesse projeto, como já explicitado anteriormente, a intenção de um curso de Licenciatura em Educação do Campo, de caráter regular, baseado nas práticas próprias da Pedagogia da Alternância que, de acordo com o Parecer CNE/CEB Nº 01/2006 se coloca como uma alternativa eficiente para a Educação, pois visa estabelecer a relação entre família, comunidade e escola. Neste caso, o aluno alterna períodos de aprendizagem na família, em seu *locus* socioprofissional e em sala de aula, estabelecendo uma sinergia entre escola e trabalho, otimizada pelas práticas pedagógicas.

Com efeito, neste projeto, pretende-se que o aluno, no decorrer de suas atividades acadêmicas, desenvolva planos de estudo a serem executados em seu meio familiar e profissional, durante o tempo-comunidade, exigindo-lhe atitude de pesquisa, reflexão e discussão com seus familiares, colegas e profissionais para entender e propor soluções acerca de temáticas pertinentes ao curso e à sua realidade. Quando o aluno retorna para vivenciar a rotina da sala de aula tradicional, há um momento de socialização destas experiências vividas, o que lhe permitirá (re)elaborar constantemente a leitura de sua realidade, em todos os seus aspectos, por meio de novos saberes que lhe permitam explicar, compreender e agir, tomando o conhecimento científico como base para sua ação pedagógica.

Estas duas dimensões, o tempo-universidade e o tempo-comunidade, devem estar estritamente articuladas, possibilitando que as experiências, trazidas pelo aluno do meio sociocultural em que vivem, sejam expandidas para o tempo-universidade, constituindo fontes de reflexão e aprendizagem. Isso significa que a formação ocorrerá em ação, o que gerará uma práxis transformadora.

Sob este enfoque, o curso contempla a diversidade do campo nos aspectos raciais, étnicos, culturais, sociais, políticos, econômicos e de gênero, respeitando os artigos 23, 26 e 28, da Lei Nº. 9394/96 (LDBEN). Também atende ao que orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação de Professores, incorporando conteúdos de basilar importância para a formação de educadores para a Educação Básica.

Como se trata de Educação do Campo, fundamentamo-nos também na Resolução Nº 01/2002 CNE/CEB, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, conquista fundamental para a área, que teve a participação efetiva dos movimentos sociais ligados ao campo. Neste sentido, as atividades curriculares e pedagógicas estão direcionadas para um projeto de desenvolvimento fundado em eixos temáticos como agricultura familiar, etnia, cultura e identidade, desenvolvimento sustentável, sistemas de produção e processos de trabalho no campo, entre outros.

Além disso, formar professores para o campo, como a UFPI está propondo, significa elevar o índice de escolarização da região Nordeste, além de contribuir para o desenvolvimento social economicamente justo, ecologicamente sustentável e respeitando a diversidade do campo, uma vez que este curso, firmado em concepções sociais modernas e valores humanistas, centra-se no propósito de oferecer ao profissional da Educação do Campo opções de conhecimento que lhe possibilitem a inserção no mercado de trabalho, considerando os diferentes contextos interculturais e sem perder de vista seu compromisso ético e sua responsabilidade socioeducacional.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em Ciências da Natureza, com duração de quatro anos, surge em meio aos esforços de grupos de estudos e experiências engendradas na cotidianidade dos docentes do Curso e às práticas da diversidade e alteridade dos lugares e povos do campo no Estado do Piauí; destinando-se à formação de educadores para atuação nas escolas do campo situadas nestes contextos específicos e socioculturalmente diversificados.

É interessante salientar que a proposta do Projeto foi (re)formulada a partir das demandas advindas de atividades com a população pertencente ao campo e com os diversos movimentos sociais que vêm sendo promovidas por docentes da instituição nos últimos anos. Nesse sentido, faz-se necessário remontar ao fato de que, ao longo de sua existência, a UFPI vem qualificando profissionais e executando ações de pesquisa e extensão ligadas ao meio rural em suas múltiplas dimensões: insumos, produção agrícola, tecnologias alternativas, educação, desenvolvimento rural e relações sociais, entre outros aspectos; investindo na formação humana e tecnológica, consolidando um novo paradigma de desenvolvimento e de produção sustentável para essas comunidades, oferecendo uma formação cidadã aos graduandos.

Nessa esteira, este projeto pedagógico se apresenta como mais um momento de consolidação de uma reflexão teórica a respeito da realidade do campo, de práticas pedagógicas autênticas e consistentes no que tange a esta mesma realidade, beneficiando os povos do campo, dentre eles os assentados da Reforma Agrária do Estado do Piauí e a população pertencente aos

diversos movimentos sociais representados pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (FETAG), Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), Movimento dos Pequenos Agricultores e Caritas, entre outros.

Não obstante, o curso visa garantir, ao aluno, o domínio de conteúdos, métodos e abordagens relativos à docência e ao trabalho voltado para o Ensino Básico, em escolas do campo buscando-se, assim, uma educação sintonizada com o seu tempo, concretizando-se com a ampliação das possibilidades educacionais ajustadas aos valores essenciais da convivência humana. Princípios como tolerância, respeito às diferenças, opções construídas consensualmente, permitirão um terreno firme sobre o qual se desenvolverão as atividades educacionais. Dessa forma, as diferentes tendências filosófico-pedagógicas potencializarão o desenvolvimento da criticidade, valorizando-se a conformação de opções existenciais e profissionais, individuais e coletivas, voltadas para a construção de uma sociedade mais justa.

Nesse contexto, considerando-se o esforço nacional do MEC, Movimentos Sociais, Secretarias e Universidades para a implementação da Política Nacional de Educação do Campo, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza é uma ação estratégica e ímpar para assegurar a especificidade da formação na diversidade sociocultural, do direito universal dos povos do campo à educação pública de qualidade e socialmente referenciada.

Sendo assim, devido ao público que o Curso vem atendendo desde sua institucionalização, a estrutura disponível (quadro docente e de servidores atual, o acervo bibliográfico disponível, apoio ao discente) e alterações em documentação legal de âmbito federal e institucional que regem os Cursos de Graduação, se fez necessária e urgente a readequação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) o qual deverá ser implementado logo após aprovação pelas instâncias superiores.

4.1 Marco conceitual

Neste projeto, a base conceitual da educação do campo considera: sujeitos do campo; economia familiar sustentável e solidária; povos tradicionais em seus respectivos territórios; saberes da terra; trabalho e pesquisa como princípios educativos; cultura como produção social da vida; interdisciplinaridade como construção de conhecimento coletivo, engajado e sustentável; cooperativismo e/ou associativismo como construção dialógica e política de participação.

Parte-se da concepção de campo como espaço de produção integrado à sociedade piauiense nos seus modos de produzir bens de consumo materiais e culturais. O campo não se

constitui como ente geográfico ou cultural isolado do contexto nacional e internacional. Todavia, cabe destacar que os povos tradicionais do campo (indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, extrativistas das florestas, assentados etc.) diferenciam-se entre si, bem como em relação à outros espaços sociais e produtivos. Assim os povos tradicionais do campo constroem culturas e identidades próprias, o que não significa que estejam isolados ou que sejam autônomos em relação ao resto do mundo:

O campo compreendido a partir do conceito de territorialidade é o lugar marcado pelo humano e pela diversidade cultural, étnico-racial, pela multiplicidade de geração e recriação de saberes, de conhecimentos que são organizados com lógicas diferentes, de lutas, de mobilização social, de estratégias de sustentabilidade. É espaço emancipatório quando associado à construção da democracia e de solidariedade de lutas pelo direito à terra, à educação, à saúde, à organização da produção e pela preservação da vida. Assim, o desenvolvimento humano e o fortalecimento do capital social, por meio dos vínculos sociais, culturais e de relações de pertencimento a um determinado lugar como um espaço vivido, são imprescindíveis para o desenvolvimento territorial sustentável (BRASIL, 2008).

A palavra campo não é utilizada aqui em oposição à ideia de urbano. O termo campo deve ser tomado com sentido peculiar, diverso e em movimento, não mais como sinônimo de atraso. Há que se resgatar o campo como *locus* de produção de subsistência importante presente ao longo de toda a história da humanidade, estabelecendo condições de vida para aqueles que cultivam e vivem do trabalho da terra.

A expressão educação do campo refere-se ao campo como espaço de possibilidades e de produção da vida em seus variados aspectos, culturais, sociais, econômicos e políticos e de resistência dos camponeses que lutam para terem acesso e permanecerem na terra. A educação do campo foi envolvendo em seu processo diferentes sujeitos e hoje incorpora uma diversidade deles: comunidades negras rurais, quilombolas, boias-frias, assalariados rurais, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, atingidos por barragens, agricultores familiares, povos das florestas, indígenas, pescadores, ribeirinhos, entre outros.

4.2 Marco metodológico

A Pedagogia da Alternância é uma alternativa metodológica de formação profissional para jovens, filhos de camponeses ou profissionais do campo que perderam o interesse pelo ensino regular em razão do distanciamento entre a vida e o trabalho camponês. As matrizes de alternância são as mais diversas (francesas, italianas e africanas), documentadas nos trabalhos de Chartier (1986), Silva (2003), Nosella (1977), além das experiências brasileiras de CFRs e de EFAs, feitos por Nosella (1977), Pessotti (1978), Begnami (2003) e Estevam (2003).

Historicamente, a primeira experiência educativa baseada na alternância no Brasil se deu no Espírito Santo, em 1968, com a criação da Escola Família Agrícola de Olivânia, no município de Anchieta. A Pedagogia da Alternância despertou o interesse dos pesquisadores a partir do final dos anos 1970, como é o caso das obras de Nosella (1977) e Pessotti (1978) realizaram pesquisas sobre as EFAs. Para essas autoras, a alternância consiste em repartir o tempo de formação em períodos de vivência na escola e na família. Esse ritmo alternado rege toda a estrutura da escola e busca a conciliação entre a escola e a vida não permitindo ao jovem desligar-se de sua família e, por conseguinte, do meio rural.

A alternância, enquanto princípio pedagógico, mais que característica de sucessões repetidas de sequências, meio escolar e meio familiar, visa desenvolver na formação dos jovens situações em que o mundo escolar se posiciona em interação com o mundo que o rodeia. Buscando articular universos considerados opostos ou insuficientemente interpenetrados – o mundo da escola e o mundo da vida, a teoria e a prática, o abstrato e o concreto, a alternância coloca em relação diferentes parceiros com identidades, preocupações e lógicas também diferentes.

Desta forma, percebe-se que as experiências de Pedagogia da Alternância, imbricadas nos movimentos sociais populares, parecem sinalizar para um novo projeto de sociedade e de educação. De acordo com Queiroz (2004) a Pedagogia da Alternância constitui-se como um dos princípios pedagógicos e educativos fundamentais para a educação do campo:

A alternância vai se definindo como um processo formativo contínuo entre dois espaços, interagindo educadores e educandos, escola e família, teoria e prática, estudo e trabalho, o pessoal e o coletivo, os saberes experienciais e os saberes científicos, os saberes pedagógicos com os saberes disciplinares. De forma que a experiência, ou seja, o contexto do aluno é tratado com prioridade, tornando-se ponto de partida e chegada, no processo ensino-aprendizagem. Não existe alternância sem uma integração da família e do meio socioprofissional onde a escola está inserida.

Dias (2006) destaca que a formação pela alternância se organiza em torno do “aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a viver com os outros” e “aprender a ser”. Aprender a conhecer, para que o jovem conheça, relacione e integre os elementos de sua cultura ao conhecimento técnico-científico. Aprender a fazer aponta para o desenvolvimento de habilidades para enfrentar problemas, solucionar conflitos e adquirir qualificação profissional. Aprender a viver com os outros para realizar projetos comuns, compreendendo o outro e fortalecendo as relações dentro da comunidade. Aprender a ser sujeito e cidadão, agindo com autonomia e responsabilidade, estabelecendo relações entre sujeito, escola, comunidade e propriedade.

A Lei Nº 9.394/96 (LDBEN) contemplou o meio rural enquanto espaço específico e diferenciado, quando propôs medidas de adequação da escola à vida do campo, ao estabelecer no art. 28 que:

Na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente.

I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III- adequação à natureza do trabalho na zona rural.

A aprovação, no ano de 2002, das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer Nº 36/2001 e Resolução Nº 01/2002 CNE), significa uma das primeiras políticas específicas para as escolas do campo e apresentam as seguintes indicações: garantir o respeito à diversidade do campo, nos seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia; garantir a autonomia institucional para elaboração das propostas pedagógicas das escolas do campo, sempre que orientadas para o desenvolvimento sustentável e desde que respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais; garantir a flexibilização da organização do calendário escolar e o desenvolvimento das atividades em diferentes espaços pedagógicos; e garantir a gestão democrática das escolas, estimulando a autogestão, a autonomia e o fortalecimento da organização de conselhos que implementem um programa de desenvolvimento para a população do campo.

No ano de 2015 foi publicada a Resolução Nº 02/2015 pelo MEC, CNE e Conselho Pleno (CP), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada de profissionais do magistério da educação básica, reforçando as orientações para a educação escolar indígena, a educação escolar do campo e a educação escolar quilombola. Segundo este documento, para a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a Educação Básica do campo, deve ser considerada a diversidade étnico-cultural de cada comunidade. Os professores que venham a atuar em escolas do campo, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, deverão: a) promover diálogo entre a comunidade junto a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local; e b) atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.

4.3 Marco legal

Em termos legais, o Brasil conta com significativos dispositivos, que podem fundamentar implementação de políticas públicas diferenciadas de educação do campo. Destacamos os seguintes instrumentos legais que servem de base para a construção de projeto diferenciado de educação do campo: **Constituição de 1988**; **Lei Nº 9.394/1996** - Define Diretrizes e Bases da Educação Nacional; **Lei Nº 10.172/2001** - Plano Nacional de Educação; **Parecer Nº 36/2001 CNE**- Diretrizes Operacionais à Educação Básica nas Escolas do Campo; **Resolução Nº 01/2002** - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; **Lei Nº 10.639/2003** – Estabelece Inclusão de Temas da Cultura Afro-brasileira no Currículo Escola; **Parecer Nº 03/2004 CNE**– Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana; **Resolução Nº 01/2004** – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; **Parecer Nº 01/2006 CEB/CNE** - Recomenda a Adoção da Pedagogia da Alternância em Escolas do Campo; **Decreto Nº 6.040/2007** – Institui Política Nacional Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; **Parecer Nº 3/2008 CNE** - Reexame do Parecer Nº 23/2007 CNE/CEB, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo; **Resolução Nº 2/2008** - Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo; **Lei Nº 11.947/2009** - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis Nº 10.880/2004, 11.273/2006, 11.507/2007; revoga dispositivos da Medida Provisória Nº 2.178-36/2001, e a Lei Nº 8.913/1994; e dá outras providências; **Decreto Nº 6.755/2009** - Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências, revogado pelo **Decreto Nº 8752/2016** - Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica; **Decreto Nº 7.352/2010** - Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA; **Lei Nº 12.695/2012** - Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas; altera a Lei Nº 11.947/2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola; altera a Lei Nº 11.494/2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo; altera a Lei Nº 10.880/2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no

âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos; altera a Lei Nº 8.405/1992; e dá outras providências; **Nota Técnica Conjunta Nº 3/2016/GAB/SECADI/SECADI.**

Um dispositivo importante na construção de uma educação de qualidade no campo é o **Decreto Nº 5.154/2004**, na medida em que regulamenta os artigos 39 a 41 da LDB. Trata da formação profissional através de cursos e programas de qualificação inicial e continuada por meio de programas de atualização de curta duração, aperfeiçoamento e especialização, cujos itinerários formativos despertam e estimulam desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

Nessa mesma perspectiva, visando fortalecer e consolidar o aparato legal que normatiza a educação do campo em nosso país, no dia 4 de novembro de 2010, foi assinado o Decreto Nº 7.352, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), os quais integram a Política de Educação do Campo do país, e explicitam, com maior detalhamento, seus objetivos, beneficiários, natureza dos projetos a serem apoiadas, referências para a gestão do programa e fontes de financiamento, sendo por isso, considerado um passo muito importante em direção à consolidação do programa enquanto política pública.

4.4 Diagnóstico da formação para a docência

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2016), o Piauí tem 46.831 professores atuantes na Educação Básica. Destes, 18.955 lecionam nos anos finais do Ensino Fundamental e 11.112 no Ensino Médio. Quanto ao diagnóstico da formação dos profissionais de Educação, pode-se afirmar, de acordo com esta fonte, que do total de professores do estado do Piauí (46.831), 33.032 (70,5%) possuem formação superior, 13.530 (28,9%) possuem o Ensino Médio e 269 (0,6%) ainda atuam apenas com o Ensino Fundamental. Dos professores com graduação, 31.144 (94,3%) são licenciados e 1.888 (5,7%) não são licenciados. Com relação à formação continuada, 14.216 possuem pós-graduação, com 13.556 (95,4%) possuindo especialização, 591 (4,2%) mestrado e 69 (0,5%) doutorado.

Quando a análise foca a questão da adequação entre formação e exercício, os dados apontam que 57,5% dos professores que ministram a disciplina de Ciências nos anos finais do Ensino Fundamental não possuem formação na área (OBSERVATÓRIO PNE, 2015). Ainda segundo essa fonte, na área de Física esse déficit é de 63,2% no Ensino Fundamental e 55% no Ensino Médio; em Química é 64,7% na primeira modalidade e 32,9%, na segunda; e em Biologia, é de 37,4% e 22,9%, respectivamente no Ensino Fundamental e Médio (TAB. 1).

Embora não existam dados específicos relativos a formação de professores que trabalham em escolas rurais, estimamos que no campo a situação seja ainda mais grave. Esse resultado é bastante desafiador considerando que a Meta 15 do PNE é que todos os professores da Educação Básica possuam a formação superior e atuem em suas respectivas áreas até 2024.

Tabela 1 – Porcentagem de professores que atuam na área da formação nos Ensinos Fundamental e Médio segundo o Plano Nacional de Educação.

Disciplinas	Porcentagem de professores que atuam na área de formação	
	Ensino fundamental	Ensino médio
Ciências	42,5%	-
Química	35,3%	55,4%
Biologia	62,6%	77,1%
Física	36,8%	45%

Fonte: Observatório do PNE (2015).

Apesar do estado do Piauí apresentar elevado número de professores com ensino superior, a tendência nacional dessa formação não ser na área de Ciências na Natureza é eminente. Esta realidade aponta para a necessidade urgente de formação de docentes nesta área de conhecimento, visto que os que atuam nela não possuem formação específica para o exercício pleno da profissão. Dessa forma, torna-se imprescindível que a Universidade Federal do Piauí continue atuando na superação deste quadro, mais especificamente para o atendimento às escolas do e no campo, carentes de políticas próprias de formação, que pense o professor sendo formado a partir e para o espaço no qual atua, possibilitando-lhe não somente o acesso, mas a permanência na academia. Esse objetivo será alcançado pela implementação deste Projeto Pedagógico e pelas possibilidades em Ensino, Pesquisa e Extensão que abre a todos os docentes e discentes do curso, fazendo com que a instituição assuma sua função de formadora de competências que possibilitem aos indivíduos o exercício efetivo da cidadania.

5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 Objetivo geral

Promover formação de professores numa perspectiva sólida na área de conhecimento de Educação do Campo, com ênfase em Ciências da Natureza, para atuação nas escolas do e no

campo, assegurando o acesso e permanência de sujeitos do campo, em curso de nível superior, com vistas a atender à demanda social e pedagógica das comunidades campesinas.

5.2 Objetivos específicos

- Formar os povos do campo, incluindo assentados, filhos de assentados e professores dos ciclos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para a docência multidisciplinar e para a gestão de processos de Educação Básica em escolas do campo;
- Habilitar profissionais em exercício na educação fundamental e média, que ainda não possuam a titulação mínima exigida pela legislação educacional em vigor;
- Ampliar e consolidar o diálogo com os Movimentos Sociais presentes no campo piauiense, com vistas a refletir e atender às demandas de formação apresentadas pelos mesmos;
- Desenvolver estratégias de formação para a docência em uma organização curricular por áreas de conhecimento nas escolas do e no campo;
- Viabilizar um processo de formação participativa de educadores da reforma agrária para que estes possam desenvolver estratégias pedagógicas que visem à formação de sujeitos humanos autônomos e criativos capazes de produzir soluções para questões inerentes à sua realidade;
- Criar estratégias formativas, em nível superior, no espaço territorial de convivência dos povos do campo, tornando-os aptos a desenvolverem estratégias de desenvolvimento local sustentável;
- Oferecer condições metodológicas e práticas para que os educadores em formação possam tornar-se agentes efetivos na construção e reflexão dos projetos pedagógicos das escolas do e no campo onde atuam; e,
- Estimular a construção de novas estratégias de ensino para facilitar a apreensão, pelos alunos, dos conhecimentos relativos à formação de cidadãos dignos e eticamente corretos.

6 PRINCÍPIOS CURRICULARES NORTEADORES DO CURSO

A Educação do Campo deve configurar-se a partir de demandas do mundo objetivo dos sujeitos do campo, que produzem a partir da terra, em relação aos conhecimentos científicos. A educação desses sujeitos deve iniciar-se com o conhecimento, pelo professor, de seus modos de ver e fazer o seu lugar, a sua cultura. Os saberes da experiência devem aliar-se aos conhecimentos científicos para a formação de um profissional capaz de desenvolver uma prática docente comprometida com as problemáticas do campo.

Ao aluno do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza deve-se ofertar parâmetros éticos que orientem a sua prática com vistas ao respeito à diversidade de

povos, culturas e formas de sociabilidade; ao entendimento da complexidade, das contradições e das desigualdades que constituem o contexto social em que atuarão; e, ao diálogo na relação professor-aluno.

Na graduação, é importante que haja um princípio educativo e uma metodologia que contemple o processo de produção do conhecimento e o desenvolvimento humano, por meio da dimensão investigativa e do contato com as diferentes realidades. Assim, o processo de formação do profissional do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza proposto está centrado no tripé ensino-pesquisa-extensão, possibilitando que estudantes e orientadores partilhem o complexo exercício da práxis, assolada por múltiplas buscas e inquietações, contribuindo para a formação de novas gerações de professores-pesquisadores.

Vale destacar, ainda, em termos de pesquisa, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma atividade de integração curricular obrigatória que consiste no trabalho final do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, sob orientação de um professor responsável. Seu objetivo é o de estimular a produção científica, oportunizando experiências de pesquisa, relacionando teoria e prática, aprimorando a reflexão sobre as questões voltadas à área de conhecimento do curso e seu viés educacional. Por inserir-se no aprendizado do aluno, trata-se de um momento em que dever-se-ia viabilizar a oportunidade de teste de hipóteses e de experimentação de metodologias e materiais didáticos, o que em muito contribuiria para a formação do licenciado.

Quanto ao ensino pretendido, este deverá ocorrer em sintonia com a questão científica, ao longo do curso, e, de maneira interdisciplinar, baseando-se sempre na Pedagogia da Alternância. Deve-se criar condições de ensino em função de relações dinâmicas entre as diferentes disciplinas, os saberes dos povos do campo e questões sociais próprias das realidades de que fazem parte os sujeitos implicados no processo. Dessa forma, a par dos conteúdos específicos, buscar-se-á ampliar os conhecimentos oferecidos aos graduandos, especialmente, aqueles voltados à prática educacional, com conhecimentos necessários para a atuação nas áreas de Ciências da Natureza.

A extensão apresenta-se, nesse contexto, com o propósito de buscar o diálogo entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Considerando-se tal propósito, serão preparados programas, projetos e cursos de extensão diversificados que articulem ensino e pesquisa e ofereçam uma educação continuada.

A condução da formação em Educação do Campo/Ciências da Natureza buscará integrar as diferentes áreas do conhecimento, de modo a entender os fenômenos em suas diversas dimensões, o que implica uma abordagem multirreferencial, em consonância com os

conhecimentos científicos. Esses elementos devem articular-se em projetos coletivos, que envolvem os sujeitos do campo e suas necessidades.

A formação proporcionará uma certa flexibilidade, expressa em disciplinas optativas, no desenvolvimento de projetos tempo-comunidade, na participação em projetos de pesquisa e extensão e em outras atividades que proporcionem a incorporação de outras formas de ensino e aprendizagem.

Considera-se o campo como espaço em movimento, que se inventa e reinventa constantemente através das vivências dos sujeitos que o compõem. Nesse sentido, é preciso que os avanços tecnológicos também cheguem à práticas formativas de professores do campo. O uso das tecnologias digitais de informação e comunicação, a serviço da construção de conhecimento, é aliado imprescindível na contemporaneidade.

As práticas avaliativas devem ser emancipatórias, superando a concepção quantitativa e classificatória de avaliação. A avaliação deve ser entendida como instrumento de aprendizagem, que conduzirá a prática educativa do professor para uma melhor formação do aluno, sem comprometer as necessidades de constituição da sua profissionalidade.

O currículo tem como um de seus princípios básicos a articulação entre teoria e prática, concretizado principalmente através da Pedagogia da Alternância. Disciplinas e outros componentes devem ter caráter teórico-prático, a fim de que os alunos apreendam criticamente os conteúdos e saiba aplicá-los na solução dos problemas de suas localidades.

Busca-se, assim, ampliar as oportunidades de aprendizado e crescimento dos alunos para que estes possam desempenhar, de forma competente, suas atividades profissionais. Além disso, reforça-se a necessidade de se entender a Educação além dos limites da sala de aula e, mais ainda, a participação efetiva da instituição na comunidade em que está inserida.

7 PROCESSO DE SELEÇÃO E ACESSO

A seleção para ingresso na LEDOC é específica e diferenciada da atual forma de acesso à UFPI, que desde 2011 adotou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como único instrumento de avaliação. Entendendo a especificidade do curso e do profissional que se pretende formar, o processo seletivo deverá ter como prioridade a garantia da entrada de professores em exercício nas escolas do e no campo que não possuem o Ensino Superior. Contudo, também poderão concorrer ao processo seletivo os demais interessados que apresentem ligação com o campo.

Sendo assim, o público alvo da LEDOC/Ciências da Natureza constitui-se de professores que atuam nas escolas do e no campo, nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio

sem Ensino Superior, candidatos vinculados às práticas produtivas e sociais do campo, residentes no campo, participantes de movimentos, associações, cooperativas, sindicatos de camponeses e alunos oriundos de Escolas Técnicas ou Agrotécnicas, Escolas Família Agrícola, Casas Familiares Rurais, Escolas de Assentamentos e demais escolas rurais.

O Curso oferta 120 vagas anuais, sendo 60 por semestre, com lançamento de edital de seleção específico no meio e no final de cada ano. Esse edital terá data de divulgação estabelecida no calendário anual do curso e trará a obrigatoriedade de apresentação de: 1) Documento comprobatório para os candidatos que já exercem a atividade docente em escola do e no campo; 2) Homologação de inscrições mediante a apresentação de documentação; 3) Aplicação de prova de produção textual: peso para aspectos formais (linguísticos) e específicos (saberes relacionados às discussões, produção e vivências do campo); e 4) Ampla divulgação dos resultados e recursos. Todo o trâmite para a seleção de alunos será realizado pela Coordenadoria Permanente de Seleção (COPESE), vinculada à Reitoria da UFPI, mediante solicitação da Coordenação de Curso.

8 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

A LEDOC do CSHNB prepara professores para atuarem nas escolas do e no campo que ofertam o Ensino Fundamental e/ou Médio, nas disciplinas da área de Ciências da Natureza, proporcionando ao aluno o conhecimento necessário ao entendimento da natureza, enfocando a Terra e o Universo dentro de uma visão multidisciplinar. Portanto, espera-se que o licenciado possa orientar seus alunos a adquirirem um conhecimento integrado, uma vez que pretende-se adotar em seu processo formativo a sistemática de conteúdos multidisciplinares.

De acordo com o Capítulo III da Resolução N° 2/2015 CNE/CP, em seu Artigo 7º, o egresso deverá possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado, cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Em seu Artigo 8º, a referida Resolução determina que este mesmo egresso deverá, portanto, estar apto a:

- I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da Educação Básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo

aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de Educação Básica;

IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - atuar na gestão e organização das instituições de Educação Básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - participar da gestão das instituições de Educação Básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Parágrafo único. Os professores indígenas e aqueles que venham a atuar em escolas indígenas, professores da educação escolar do campo e da educação escolar quilombola, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

I - promover diálogo entre a comunidade junto a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local;

II - atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.

Além dos conteúdos curriculares presentes nas disciplinas específicas, a preocupação do Curso também é a de oferecer a este acadêmico bases sólidas para entender a dinamicidade do campo em seus aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais. Este conhecimento, acredita-se, possibilitará o desenvolvimento do trabalho pedagógico comprometido com a

oferta de educação de qualidade às populações do campo, ou seja, da educação que de fato lhes possibilitará condições de vida digna.

9 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Os professores formados pelo Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza serão profissionais capazes de:

1. Ter domínio da bibliografia teórica e metodológica básica, autonomia intelectual, capacidade analítica, competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social e compromisso social;
2. Formular e propor soluções a problemas, nos diversos campos do conhecimento; de desenvolver uma consciência crítica sobre a realidade sócio-histórico-política;
3. Analisar, interpretar e comentar textos teóricos;
4. Compreender a importância das questões acerca do sentido e da significação da própria existência e das produções culturais;
5. Perceber a integração necessária entre Ciências da Natureza e a produção científica, artística, bem como com o agir pessoal e político;
6. Relacionar o exercício da crítica com a promoção integral da cidadania e com o respeito à pessoa, dentro da tradição de defesa dos direitos humanos;
7. Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
8. Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
9. Conhecimento de informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua inter-relação;
10. Transitar pelas fronteiras da área de Ciências da Natureza, Humanas e Sociais;
11. Desenvolver pesquisas, produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em outras instituições;
12. Dominar os conteúdos básicos que são objeto de ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio;
13. Dominar os métodos e técnicas pedagógicos que permitem a mediação do conhecimento para os diferentes níveis de ensino;
14. Identificar e explicar a dimensão geográfica presente nas diversas manifestações dos conhecimentos;

15. Planejar e realizar atividades de campo referentes à investigação na área de Ciências da Natureza.

10 ESTRUTURA CURRICULAR

10.1 Matriz curricular

O curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza caracteriza-se por ter uma formação específica para professores que atuam/atuarão em escolas rurais de Educação Básica. Assim, existem disciplinas voltadas para ciências da natureza com foco na realidade camponesa, para que se evidencie o modo de viver do povo do campo, destacando-se, prioritariamente, suas organizações sociais; além de um eixo de disciplinas de formação básica em Sociologia, História, Filosofia e Educação.

O curso é composto por 49 disciplinas obrigatórias, incluindo quatro estágios supervisionados e duas referentes ao TCC, e oito disciplinas optativas, totalizando 57 componentes curriculares distribuídos ao longo de oito blocos. Assim, a carga horária total do Curso compreende 3.260 horas, das quais, 2.535 horas (169 créditos) estão distribuídas entre disciplinas obrigatórias e optativas; 405 (27 créditos) horas são dedicadas ao estágio supervisionado obrigatório; 120 horas (oito créditos) para o TCC e 200 horas para as atividades complementares. Da carga horária das disciplinas obrigatórias e optativas (2.535 horas), 1.905 horas são de atividades teóricas, 225 de atividades técnico-científicas e 405 horas de prática como componente curricular.

De acordo com a estratégia 12.7, referente a meta 12 da Lei 13.005/2014 PNE deve-se “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente para áreas de grande pertinência social”, portanto, o aluno deverá ter integralizado em seu histórico, ao final do curso, esta carga horária. Essa estratégia específica cumprir-se-á até 2024, prazo de vigência do PNE.

10.2 Componentes curriculares

1º. Semestre

Bloco I						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			Total
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	
01	Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15	-	-	15
02	Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do campo	3.1.0	45	15	-	60
03	História, Identidade e Memória dos povos do Campo	3.1.0	45	15	-	60
04	Biologia Celular	3.1.0	45	15	-	60
05	Filosofia da Educação	3.1.0	45	15	-	60
06	História da Educação	3.1.0	45	15	-	60
07	Sociologia da Educação	3.1.0	45	15	-	60
Total		19.6.0	285	90	-	375

2º. Semestre

Bloco II						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			Total
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	
01	Genética	3.1.0	45	15	-	60
02	Química Básica	3.1.0	45	15	-	60
03	Física Básica	3.1.0	45	15	-	60
04	Matemática para o Ensino de Ciências	3.1.0	45	15	-	60
05	Psicologia da Educação	3.1.0	45	15	-	60
06	Legislação e Organização da Educação Básica	3.1.0	45	15	-	60
Total		18.6.0	270	90	-	360

3º. Semestre

Bloco III						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			Total
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	
01	Química Orgânica	3.1.0	45	15	-	60
02	Políticas Públicas de Educação do Campo	3.1.0	45	15	-	60
03	Educação Especial	3.1.0	45	15	-	60
04	Didática	2.2.0	30	30	-	60
05	Fundamentos Teórico-metodológicos da Educação do Campo	3.1.0	45	15	-	60
06	Ética e Educação	3.1.0	45	15	-	60
Total		17.7.0	255	105	-	360

4º. Semestre

Bloco IV						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			Total
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	
01	Metodologia do Ensino da Física	3.1.0	45	15	-	60
02	Metodologia do Ensino da Biologia	3.1.0	45	15	-	60
03	Metodologia do Ensino da Química	3.1.0	45	15	-	60
04	Bioquímica para o Ensino de Ciências	3.1.0	45	15	-	60
05	LIBRAS	3.1.0	45	15	-	60
06	Avaliação da Aprendizagem	3.1.0	45	15	-	60
Total		18.6.0	270	90	-	360

5º. Semestre

BLOCO V						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
01	Biologia Animal I	3.1.0	45	15	-	60
02	Biologia Vegetal I	3.1.0	30	30	-	60
03	Educação Ambiental	3.1.0	45	15	-	60
04	Ecologia	3.1.0	45	15	-	60
05	Anatomia e Fisiologia Humana	3.1.0	45	15	-	60
06	Estágio Supervisionado I	0.0.5	-	-	75	75
Total		15.5.5	210	90	75	375

6º. Semestre

Bloco VI						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
01	Gestão e organização da escola do campo	3.1.0	45	15	-	60
02	Biologia Animal II	3.1.0	45	15	-	60
03	Relações Étnico-Raciais	3.1.0	45	15	-	60
04	Biologia Vegetal II	3.1.0	45	15	-	60
05	Geociências	3.1.0	30	30	-	60
06	Estágio Supervisionado II	0.0.6	-	-	90	90
Total		15.5.6	210	90	90	390

7º. Semestre

Bloco VII						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
01	Geografia Física e Matemática	3.1.0	45	15	-	60
02	Zoologia de Interesse Médico	3.1.0	45	15	-	60
03	Optativa I	3.1.0	45	15	-	60
04	TCC I	3.1.0	45	15	-	60
05	Teoria do Currículo e Sociedade	3.1.0	45	15	-	60
06	Estágio Supervisionado III	0.0.8	-	-	120	120
Total		15.5.8	225	75	120	420

8º. Semestre

Bloco VIII						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-Prático	Total
01	Evolução	3.1.0	45	15	-	60
02	Educação e Movimentos Soc. do Campo	3.1.0	45	15	-	60
03	Optativa II	3.1.0	45	15	-	60
04	TCC II	1.3.0	15	45	-	60
05	Meio Ambiente e Desenv. Sustentável	3.1.0	30	30	-	60
06	Estágio Supervisionado IV	0.0.8	-	-	120	120
Total		13.7.8	180	120	120	420

OPTATIVAS						
Ordem	Nome das Disciplinas	Créditos	CH Semestral			
			Teórico	Prático	Teórico-prático	Total
01	Física para o Ensino Médio	3.1.0	45	15	-	60
02	Educação e cultura popular	3.1.0	45	15	-	60
03	Sociologia Rural	3.1.0	45	15	-	60
04	Aspectos teórico-metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	3.1.0	45	15	-	60
05	Química para o Ensino Médio	3.1.0	45	15	-	60
06	Educação, Estado e Direitos Humanos	3.1.0	45	15	-	60
07	Embriologia e Histologia Comparada	3.1.0	45	15	-	60
08	Informática na Educação	2.2.0	30	30	-	60

10.3 Fluxograma do Curso

BLOCO I	BLOCO II	BLOCO III	BLOCO IV	BLOCO V	BLOCO VI	BLOCO VII	BLOCO VIII
Seminário de Introdução ao Curso ³	Genética ³	Química orgânica ³	Metodologia do Ensino de Física ^{1,2}	Biologia Animal I ³	Gest. e Org. da Escola do Campo ³	Geografia Física e Matemática ³	Evolução ³
15 1.0.0	60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0
Met. Cient. e da pesquisa em Ed. do Campo ^{2,3}	Química Básica ^{2,3}	Políticas Públicas de Ed. do Campo ³	Metodologia do Ensino de Biologia ^{1,2}	Biologia Vegetal I ³	Biologia Animal II ³	Zoologia de Interesse Médico ³	Ed. e Mov. Sociais do Campo ³
60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0	60 2.2.0	60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0
História, Ident. Memo. povos Campo ³	Física Básica ^{2,3}	Educação Especial ³	Metodologia do Ensino de Química ^{1,2}	Educação Ambiental ³	Relação Étnico-Raciais ³	Optativa I ⁴	Optativa II ⁴
60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0
Biologia Celular ^{2,3}	Matemática para o Ensino de Ciências ³	Didática ^{1,2}	Bioquímica para o Ensino de Ciências ³	Ecologia ³	Biologia Vegetal II ³	TCC I ^{2,3}	TCC II ³
60 3.1.0	60 3.1.0	60 2.2.0	60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0	60 1.3.0
Filosofia da Educação ¹	Psicologia da Educação ¹	Fundamentos Metodológicos da Educação do Campo ³	LIBRAS ¹	Anatomia e Fisiologia Humana ³	Geociências ³	Teoria do Currículo e Sociedade ³	Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ³
60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0	60 2.2.0	60 3.1.0	60 2.2.0
História da Educação ¹	Legislação e Organização da Educação Básica ¹	Ética e Educação ³	Avaliação da Aprendizagem ¹	Estágio Supervisionado I ^{2,3}	Estágio Supervisionado II ^{2,3}	Estágio Supervisionado III ^{2,3}	Estágio Supervisionado IV ³
60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0	75 0.0.5	90 0.0.6	120 0.0.8	120 0.0.8
Sociologia da Educação ¹	Legenda: 1. Núcleo básico 2. Pré-requisito 3. Núcleo específico obrigatório 4. Núcleo específico optativo						
60 3.1.0							
Física para o Ensino Médio ⁴	Educação e cultura popular ⁴	Sociologia Rural ⁴	Aspectos teórico.- metodológicos da EJA ⁴	Química para o Ensino Médio ⁴	Educação, Estado e Direitos Humanos ⁴	Embriologia e Histologia Comparada ⁴	Informática na Educação ⁴
60 3.1.0	60 3.1.0	60 3.1.0	75 0.0.5	90 0.0.6	120 0.0.8	120 0.0.8	120 0.0.8

Carga horária total: 3.260 horas

Total de disciplinas teóricas e práticas: 2.535 horas

Atividades teóricas: 1.905 horas

Atividades práticas (técnico-científicas): 225 horas

Prática como componente curricular: 405 horas

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): 120 horas

Estágio Supervisionado: 405 horas

Atividades complementares: 200 horas

10.4 Disciplinas e seus pré-requisitos

Quadro 1 – Disciplinas obrigatórias do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, CSHNB, e seus pré-requisitos.

NÚMERO DE DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO
1.	Seminário de Introdução ao Curso	-
2.	Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do campo	-
3.	História, Identidade e Memória dos povos do Campo.	-
4.	Biologia Celular	-
5.	Filosofia da Educação	-
6.	História da Educação	-
7.	Sociologia da Educação	-
8.	Genética	-
9.	Química Básica	-
10.	Física Básica	-
11.	Matemática para o Ensino de Ciências	-
12.	Psicologia da Educação	-
13.	Legislação e Organização da Educação Básica	-
14.	Química Orgânica	Química Básica
15.	Políticas Públicas de Educação do Campo	-
16.	Educação Especial	-
17.	Didática	Psicologia da Educação
18.	Fundamentos Teórico-metodológicos da Educação do Campo	-
19.	Ética e Educação	-
20.	Metodologia do Ensino da Física	Física Básica
21.	Metodologia do Ensino da Biologia	Biologia Celular
22.	Metodologia do Ensino da Química	Química Básica
23.	Bioquímica para o Ensino de Ciências	-
24.	LIBRAS	-
25.	Avaliação da Aprendizagem	Didática
26.	Biologia Animal I	-

27.	Biologia Vegetal I	-
28.	Educação Ambiental	-
29.	Ecologia	-
30.	Anatomia e Fisiologia Humana	-
31.	Estágio Supervisionado I	-
32.	Gestão e organização da escola do campo	-
33.	Biologia Animal II	-
34.	Relações Étnico-Raciais	-
35.	Biologia Vegetal II	-
36.	Geociências	-
37.	Estágio Supervisionado II	Metodologia do Ensino da Química Estágio Supervisionado I
38.	Geografia Física e Matemática	-
39.	Zoologia de Interesse Médico	-
40.	Optativa I	-
41.	TCC I	Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do campo
42.	Teoria do Currículo e Sociedade	-
43.	Estágio Supervisionado III	Metodologia do Ensino da Biologia Estágio Supervisionado I Estágio Supervisionado II
44.	Evolução	-
45.	Educação e Movimentos Sociais do Campo	-
46.	Optativa II	-
47.	TCC II	TCC I
48.	Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	-
49.	Estágio Supervisionado IV	Metodologia do Ensino da Física Estágio Supervisionado I/Estágio Supervisionado II Estágio Supervisionado III

Quadro 2 – Disciplinas optativas do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, CSHNB, e seus pré-requisitos.

NÚMERO DE DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO
1	Física para o Ensino Médio	-
2	Educação e cultura popular	-
3	Sociologia Rural	-
4	Aspectos teórico-metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	-
5	Química para o Ensino Médio	-
6	Educação, Estado e Direitos Humanos.	-
7	Embriologia e Histologia Comparada	-
8	Física para o Ensino Médio	-
9	Informática na Educação	-

10.5 Ementa das disciplinas/Bibliografia

Bloco: 1	Disciplina: Seminário de Introdução ao Curso	Carga Horária: 15h
Ementa:		
Informações sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e a Legislação da UFPI		
Bibliografia Básica:		
1. UFPI. Resolução CONSUN\UFPI N°21 de 2000. Regimento Interno da UFPI , 2000. 2. UFPI. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo , 2013. 3. UFPI. Resolução CEPEX N° 177 de 2012. Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí , de 05 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.ufpi.br/arquivos/normas/CEPEX.>		
Bibliografia Complementar:		
1. BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: n° 9394/96. Brasília: 1996. 2. UFPI. Resolução CONSUN\UFPI N° 032 de 2005. Estatuto da Universidade Federal do Piauí . Disponível em: <http\www.ufpi.br/arquivos/estatuto e regimentoUFPI.> 3. UFPI. Resolução CEPEX N° 017 de 2011. Guia acadêmico do aluno 2011 . Disponível em: <http\www.ufpi.br/arquivos/guia.> 4. UFPI. Relatório de auto avaliação da UFPI, 2012 . Disponível em: <http\www.ufpi.br/arquivos/cpa.> 5. UFPI. Resolução Conjunta CONSUN N° 002 de 2010, 26 de maio de 2010. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015 a 2019. Disponível em:< http://www.leg.ufpi.br/arquivos/File/PDI%202015-2019.pdf>		

Bloco: 1	Disciplina: Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo	Carga Horária: 60h
Ementa:		
O conhecimento científico. Conceitos de ciência. A ciência como construção humana. Metodologia do Trabalho Científico. Pré-requisitos do Trabalho Científico. Visão Geral do Trabalho Científico. Elaboração do Trabalho Científico. O Processo do conhecimento científico.		
Bibliografia Básica:		
1. CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. (Colab.). Metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 159 p. 2. DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 118 p. 3. SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia . 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 425 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 174 p. 2. FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 405 p. 3. GOLDENBERG, M. Arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais . 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 107 p. 4. KOCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa . 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p. 5. LAVILLE, C.; DIONNE, J. (Org.). Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas . Porto Alegre: Artmed, 1999. 340 p.		

Bloco: 1	Disciplina: História, Identidade e Memória dos povos do Campo	Carga Horária: 60h
Ementa:		
O Brasil Camponês: a multiplicidade dos sujeitos e da cultura (produção, <i>modus vivendi</i>) do Campo. O desenvolvimento do campo: colônia, império, república. Reforma agrária. Resistência no campo: as Ligas Camponesas, as Organizações sociais de Trabalhadores Rurais. O papel dos movimentos sociais rurais e urbanos no processo de democratização do Brasil. A importância histórica dos movimentos sociais na luta pelos direitos sociais: o caráter histórico desses movimentos no século XXI. Histórico das políticas educacionais para o Campo. Cultura e memória; construções imaginárias e identidades. Memória, identidade e história de vida. História das políticas educacionais para o campo.		
Bibliografia Básica:		
1. FERNANDES, B. M. (Org.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.... São Paulo: UNESP, 2009. 326 p. 2. GOHN, M. G. M. Movimentos sociais e educação . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 117 p. (Questão da Nossa Época, 5) 3. MOTTA, M. (Org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história . São Paulo: UNESP, 2008. 350 p.		

Bibliografia Complementar:
1. GODOI, E. P. (Org.). Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: UNESP, 2009. 336 p.
2. NEVES, D. P. (Org.). Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: UNESP, 2008. 271 p.
3. NOSELLA, P. Origens da pedagogia da alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2012. 288 p.
4. SANTOS, G.; KRUEL, K. (Colab.). História do Piauí. Teresina: Zodíaco, 2009. 538 p.
5. WELCH, C. A. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: UNESP, 2009. 335 p.

Bloco: 1	Disciplina: Biologia Celular	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Estrutura e evolução das células. Células procariontes e eucariontes. Os vírus e suas relações com as células. Métodos de estudo da célula e uso do microscópio. Células: Estrutura, composição química e funções dos componentes celulares. Membranas. Citoplasma. Núcleo. Citoesqueleto. Matriz extracelular. Divisão, Controle e Morte Celular. Mecanismos de diferenciação celular. Noções de sinalização celular.		
Bibliografia Básica:		
1. BRAY, D.; ALBERTS, B.; HOPKIN, K. (Colab.). Fundamentos da biologia celular. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 843 p.		
2. COOPER, G. M.; HAUSMAN, R. E. (Colab.). Célula: uma abordagem molecular. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 718 p.		
3. JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. (Colab.). Biologia celular e molecular. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 332 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. ALBERTS, B. Biologia molecular da célula. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 1268p.		
2. LODISH, H. et al. Biologia celular e molecular. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 1054 p.		
3. ROBERTIS, E.; HIB, J. (Colab.). De Robertis: bases da biologia celular e molecular. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 389 p.		
4. TURNER, P. C. et al. Biologia molecular. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 287 p.		
5. VIEIRA, E. C.; GAZZINELLI, G.; MARES-GUIA, M. Bioquímica celular e biologia molecular. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002. 360 p.		

Bloco: 1	Disciplina: Filosofia da Educação	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Filosofia e Filosofia da Educação: concepções e especificidades da Filosofia; concepções de Educação; tarefas da Filosofia da Educação. Estudos filosóficos do conhecimento – as questões da verdade e da ideologia no campo da educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ético-política e estética. A dimensão teleológica da práxis educativa. Filosofia da Educação e a formação do professor do campo. As novas racionalidades da pós-modernidade e educação do campo.		
Bibliografia Básica:		
1. DELEUZE, G. Que é filosofia? 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997. 279 p.		
2. KNELLER, G. F. Introdução a filosofia da educação. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, s.d. 133 p.		
3. LUCKESI, C. C. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1992. 183 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. ARANHA, M. L. A. Filosofia da educação. São Paulo: Moderna, 1982. 214 p.		
2. GHIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). Que é filosofia da educação? 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 326 p.		
3. LUCKESI, C.C.; PASSOS, E. S. (Colab.). Introdução à filosofia: aprendendo a pensar. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 271 p.		
4. SEVERINO, A. J. Filosofia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 211 p.		
5. SEVERINO, A. J. Filosofia contemporânea no Brasil: conhecimento, política e educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 255 p.		

Bloco: 1	Disciplina: História da Educação	Carga Horária: 60h
Ementa:		
História da Educação: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do educador. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade. Visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período. A escola do campo na história da educação do Brasil e do Piauí.		
Bibliografia Básica:		
1. ARANHA, M. L. A. História da educação. São Paulo: Moderna, 1994. 288 p.		

2. FREITAS, G. B. Escola, estado e sociedade . 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986. 142 p.
3. LOPES, E. M. T. Perspectivas históricas da educação . 2. ed. São Paulo: Ática, 1989. 80 p.
Bibliografia Complementar:
1. GUIRALDELLI JUNIOR, P. História da educação . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 240 p.
2. LUZURIAGA, L. História da educação e da pedagogia . 18. ed. São Paulo: Nacional, 1990. 292 p. (Atualidades Pedagógicas, 59)
3. MANACORDA, M. A. História da educação: da Antiguidade aos nossos dias . 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 382 p.
4. ROMANELLI, O. O. História da educação no Brasil (1930/1973) . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. 267 p.
5. SAVIANI, D.; RAMA, G.; GREGÓRIO, W. (Org.). Para uma história da educação latino-americana . Campinas: Autores Associados, 1996. 79 p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 52)

Bloco: 1	Disciplina: Sociologia da Educação	Carga Horária: 60h
Ementa:		
O campo da Sociologia da Educação: surgimento e correntes teóricas. A escola e os sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas. O campo educativo: sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos. Os sujeitos e os modos de produção e organização no campo. As formas de organização e resistência camponesa.		
Bibliografia Básica:		
1. DEMO, P. Sociologia: uma introdução crítica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989. 159 p.		
2. KRUPPA, S. M. P. Sociologia da educação . São Paulo: Cortez, 2002. 155 p.		
3. MANNHEIM, K.; STEWART, W. A. C. (Coord.). Introdução à sociologia da educação . 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1978. 202 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. DURKHEIM, E. Educação e sociologia . 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. 90 p.		
2. MARTINS, C. B. Que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 2006. 104 p. (Coleção Primeiros Passos, 57)		
3. NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. (Colab.). Bourdieu & a educação . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 126 p.		
4. NOGUEIRA, M. A. Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 183 p.		
5. TORRES, C. A. Sociologia política da educação . São Paulo: Cortez, 1993. 104 p.		

Bloco: 2	Disciplina: Genética	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Bases Cromossômicas da hereditariedade. Monoibridismo e Dihybridismo. Segregações. Ligações gênicas. Interação gênica. Mapa genético. Herança extra nuclear. Herança ligada ao sexo. Mutações e Polimorfismos. Herança quantitativa. Genética de populações e equilíbrio de Hardy-Weinberg. Noções de Citogenética.		
Bibliografia Básica:		
1. BURNS, G. W.; BOTTINO, P. J. Genética . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. 381 p.		
2. LEWONTIN, R. C.; GRIFFITHS, A. J. F.; WESSLER, S. Introdução à genética . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 742 p.		
3. NUSSBAUM, R. L.; WILLARD, H. F.; MCINNES, R. R. (Colab.). Thompson & Thompson genética médica . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 385 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. ALBERTS, B. Biologia molecular da célula . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 1268 p.		
2. BORGES-OSORIO, M. R.; ROBINSON, W. M. Genética humana . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. 459 p.		
3. BRAY, D.; ALBERTS, B.; HOPKIN, K. (Colab.). Fundamentos da biologia celular . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 843 p.		
4. MALUF, S. W.; RIEGEL, M. Citogenética humana . 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 334 p.		
5. VIEIRA, E. C.; GAZZINELLI, G.; MARES-GUIA, M. Bioquímica celular e biologia molecular . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002. 360 p.		

Bloco: 2	Disciplina: Química Básica	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Classificação macroscópica de substâncias químicas. Organização dos elementos conhecidos e suas propriedades. Representação das transformações químicas; conceitos fundamentais para a compreensão de transformações químicas em nível de atômico e molecular; normas de segurança e manipulações básicas em laboratório. Ligações e reações Químicas.		

Bibliografia Básica:
1. BROWN, T. L. Química, a ciência central . 9 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 972 p.
2. KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M. (Colab.). Química geral e reações químicas . 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2005. 672 p.
3. ROZENBERG, I. M. Química geral . 3. ed. São Paulo: Nobel, 1981. s.p.
Bibliografia Complementar:
1. ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente . Porto Alegre: Bookman, 2001. 1030 p.
2. BRITO, M. A.; PIRES, A. T. M. Química básica: teoria e experimentos . Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. 231 p.
3. FEITOSA, A. C.; FERRAZ, F. C. Segurança em laboratório . Bauru: UNESP, 2000.
4. LENZI, E. et al. Química geral experimental . Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004. 360 p.
5. OLIVEIRA, E. A. Aulas práticas de química . São Paulo: Moderna, 1993. 81 p.

Bloco: 2	Disciplina: Física Básica	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Física: definição. Grandezas e unidades em Ciências Naturais. Importância da conservação de grandezas fundamentais no estudo dos fenômenos naturais. Movimentos de translação e rotação, envolvendo suas causas e consequências. Energia como base para o estudo de movimentos. Movimento de fluidos. Transformações de energia: calor e formas de energia em trânsito.		
Bibliografia Básica:		
1. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física . 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 1.		
2. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física . 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 2.		
3. TIPLER, P. A.; MOSCA, G. (Colab.). Física . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. Vol. 1.		
Bibliografia Complementar:		
1. BORJORNO, J. R.; BORJORNO, R. F. S. A. (Coord.). Física . São Paulo: FTD, s.d.		
2. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de física básica . São Paulo: Edgard Blücher, 1981. Vol. 1.		
3. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física . 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 3.		
4. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física . 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 4.		
5. SCHAUM, D. Física geral . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1979. 430 p.		

Bloco: 2	Disciplina: Matemática para o Ensino de Ciências	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Equações do 1º e do 2º graus; Funções Elementares e suas aplicações; Estatística elementar e suas aplicações.		
Bibliografia Básica:		
1. BARBANTI, L.; MALACRIDA JUNIOR, S. A. (Colab.). Matemática superior: um primeiro curso de cálculo . São Paulo: Pioneira, 1999. 247 p.		
2. MORGADO, A. C.; CESAR, B. (Colab.). Matemática básica: teoria e mais de 750 questões resolvidas . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 180 p.		
3. SCHEINERMAN, E. R. Matemática discreta: uma introdução . São Paulo: Thomson, 2006. 532 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. BOLDRINI, J. L.; COSTA, S. I. R. (Colab.). Álgebra linear . 3. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1980. 411 p.		
2. CARACA, B. J. Conceitos fundamentais da matemática . 5. ed. Lisboa: Gradiva, 2003. 324 p.		
3. CONTADOR, P. R. M. Matemática: uma breve história . 3. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2008.		
4. DIENES, Z. P. Seis etapas do processo de aprendizagem em matemática . São Paulo: EPU, 1986. 72 p.		
5. SPIVAK, M. Cálculo em variedades . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2003. 168 p.		

Bloco: 2	Disciplina: Psicologia da Educação	Carga Horária: 60h
Ementa:		
A ciência psicológica e a Psicologia da Educação. A constituição da subjetividade. Desenvolvimento e aprendizagem: aspectos psicossociais (motivação, auto-conceito e auto-estima). Dificuldades de aprendizagem das subjetividades dos sujeitos do campo.		
Bibliografia Básica:		
1. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. (Colab.). Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia . 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 368 p. 2. BRAGHIROLI, E. M.; BISI, G. P. (Colab.). Psicologia geral . 31. ed. Porto Alegre: Vozes, 2012. 235 p. 3. SALVADOR, C. C. (Org.). Psicologia da educação . Porto Alegre: ArtMed, 1999. 209 p.		

Bibliografia Complementar:
1. BOCK, A. M. B.; GONCALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Colab.). Psicologia socio-historica: uma perspectiva crítica em psicologia . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 224 p. 2. DAVIDOFF, L. L. Introdução à psicologia . 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2006. 798 p. 3. FONTANA, R. A. C.; CRUZ, M. N. (Colab.). Psicologia e trabalho pedagógico . São Paulo: Atual, 1997. 232 p. 4. LUSTOSA, A. V. M. F.; CARVALHO, M. V. C. (Org.). Psicologia da educação: saberes e vivências . Teresina: EDUFPI, 2004. 213 p. 5. MOREIRA, P. R. Psicologia da educação: interação e identidade . 2. ed. São Paulo: FTD, 1996. 103 p.

Bloco: 2	Disciplina: Legislação e Organização da Educação Básica	Carga Horária: 60h
Ementa:		
A dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A Educação Básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96). Diretrizes operacionais para a Educação do Campo.		
Bibliografia Básica:		
1. BRZEZINSKI, I. (Org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 308 p. 2. DEMO, P. Nova LDB: ranços e avanços . 23. ed. Campinas: Papirus, 2012. 109 p. 3. SAVIANI, D. Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 162 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. CURY, C. R. J. Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais . 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 201 p. 2. RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira: a organização escolar . 13. ed. Campinas: Autores Associados, 1993. 207 p. 3. SHIROMA, E. O. Política educacional . 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 126 p. 4. SILVA, E. B. (Org.). Educação Básica pós-LDB . São Paulo: Thomson, 2003. 223 p. 5. SOUZA, P. N. P.; SILVA, E. B. (Colab.). Como entender e aplicar a nova LDB: lei 9.394/96 . São Paulo: Pioneira, 1997. 140 p.		

Bloco: 3	Disciplina: Química Orgânica	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Conceitos fundamentais. Funções orgânicas. Estereoquímica. Lipídios. Carboidratos. Proteínas. Métodos de separação de compostos orgânicos. Alguns compostos orgânicos do metabolismo secundário dos seres vivos.		
Bibliografia Básica:		
1. ALLINGER, N. L. et al. Química orgânica . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1976. 961 p. 2. MCMURRY, J. Química orgânica . 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 614 p. 3. SOLOMONS, G. T.W.; FRYHLE, C. B. (Colab.). Química orgânica . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.		
Bibliografia Complementar:		
1. BRUCE, P. Y. Química orgânica . 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 641 p. 2. FERREIRA, M.; MORAES, L. (Colab.). Química orgânica . Porto Alegre: Artmed, 2007. 150 p. 3. MORRISON, R. T.; BOYD, R. N. Química orgânica . 13. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. 1510 p. 4. PAVANELLI, L. C. Química orgânica: funções e isomeria . São Paulo: Saraiva, 2014. 128 p. 5. VOLLHARDT, K. P. C.; SCHORE, N. E. (Colab.). Química orgânica: estrutura e função . 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2004. 1112 p.		

Bloco: 3	Disciplina: Políticas Públicas de Educação do Campo	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Definições e concepções acerca das políticas públicas. As políticas sociais no atual estágio do capitalismo. A política educacional no contexto das políticas sociais, com ênfase para as destinadas ao campo.		
Bibliografia Básica:		
1. BRASIL. CNE. diretrizes operacionais para a Educação Básica das escolas do campo (Parecer nº36 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação) Brasília: 2002. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf>.		
2. SAVIANI, D. Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 162 p.		
3. SHIROMA, E. O. Política educacional . 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 126 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores(as) do campo. Caderno Cedes , v. 27, n. 72, p. 157-176, 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a04v2772.pdf >.		
2. FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade e outros escritos . 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 149 p. (Mundo Hoje, 10)		
3. FREIRE, P. Política e educação . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 119 p. (Coleção Questões da Nossa Época, 23)		
4. GUIMARÃES, S. J.; BARROS JUNIOR, F. O.; SILVA, M. R. F. (Colab.). Políticas públicas em tempos de diversidade . Teresina: EDUFPI, 2006. 284 p.		
5. MUNARIM, A. Educação do Campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21. Em Aberto , v. 24, n. 85, p. 51-63, 2011. Disponível em: < emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2485/2442 >		

Bloco: 3	Disciplina: Educação Especial	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Educação Especial: aspectos históricos e legais. LDB e Educação Especial. Políticas Públicas para a Educação Especial. Atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais. Educação especial: integração e inclusão. Educação Especial na escola do campo.		
Bibliografia Básica:		
1. JANNUZZI, G. S. M. Educação do deficiente no Brasil: dos promórdios ao início do século XXI . 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. 243 p. (Coleção Educação Contemporânea)		
2. MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas . 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 208 p.		
3. NERI, M.; COSTILLA, H.; PINTO, A.; SOARES, W. (Colab.). Retratos da deficiência no Brasil . Rio de Janeiro: FGV, 2003. 200 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. BRASIL. Ministério da Educação. Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física . Brasília: MEC, 2007.		
2. CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCACAO ESPECIAL. Terceiro congresso ibero-americano de educacao especial: anais do congresso . Curitiba, 1998.		
3. EDLER, R. C. A nova LDB e a educação especial . Rio de Janeiro: WWA, 1997. 136 p.		
4. MANTOAN, M. T. E.. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais . São Paulo: Scipione, 1989. 167 p.		
5. MOTA, L. A.; SANTOS, G. C. S. Inclusão Social das Pessoas com Deficiência: aspectos históricos e filosóficos. ID on line. Revista de Psicologia , v. 1, p. 61-71, 2010. Disponível em: < http://www.idonline.no.comunidades.net/index.php?pagina=1368019070 >.		

Bloco: 3	Disciplina: Didática	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Fundamentos epistemológicos da Didática. A Didática e a formação do professor. O objeto de estudo da didática: objetivos, conteúdos, metodologia, relação entre professor e aluno, recursos de ensino e avaliação. O planejamento didático e a organização do trabalho docente.		
Bibliografia Básica:		
1. ANDRÉ, M. E. D. A. (Org.). Alternativas do ensino da didática . Campinas: Papirus, 1997. 143 p.		
2. GHIRALDELLI JR, P. Didática e teorias educacionais . Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 100 p.		
3. LOPES, A. O.; CAPORALINI, M. B. S. C.; VEIGA, I. P. A. (Colab.). Repensando a didática . 29. ed. Campinas: Papirus, 2011. 159 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. CANDAU, V. M. Didática em questão . 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 127 p.		

2. FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
3. HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. (Org.). **Organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio.** 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998. 199 p.
4. LIBANELO, J.C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1998. 261 p.
5. ZABALA, A. **Prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre, ArtMed, 1998 224 p.

Bloco: 3	Disciplina: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Estado, Sociedade, Movimentos Sociais do Campo e Educação. Políticas Públicas para educação no campo no Brasil. Currículo e Escola Rural. História, Princípios e Identidade da Educação do Campo. Educação do Campo, Currículo Integrado, Trabalho e Pesquisa como Princípios Educativos. Institucionalização da Educação do Campo e Projetos Pedagógicos em Educação do Campo.		
Bibliografia Básica:		
1. CALDART, R. S.; CERIOLI, P. R.; KOLLING, E. J. (Org.). Educação do campo: identidades e políticas públicas. Brasília: Articulação nacional por uma educação do campo, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo, 4). Disponível em: < http://www.forumeja.org.br/ec/files/Vol%204%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20do%20Campo.pdf >		
2. GHEDIN, E. (Org.). Educação do campo: epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012. 448 p.		
3. MUNARIM, A.; SCHMIDT, W.; PEIXER, Z. I. (Org.). Educação do campo: políticas e práticas em Santa Catarina. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. 304 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). Por uma educação do campo. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 214 p.		
2. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 184 p.		
3. LIBANELO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social. 13. ed. São Paulo: Loyola, 1995. 149 p. (Coleção Educar, 1)		
4. PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Colab.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 224 p.		
5. ZAMBERLAN, S. Pedagogia da alternância. Vitória: Mepes, 1996.		

Bloco: 3	Disciplina: Ética e Educação	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Conceito de ética. Noções sobre Ética, Moral e Direito. Ética e Cidadania. Formação do sujeito moral. Teorias éticas. Ética na profissão docente. Formação ética e política do educador. Conceito e Princípios filosóficos da Bioética. Temas atuais da bioética. Ética do cuidar e da solidariedade do campo.		
Bibliografia Básica:		
1. GOERGEN, P. Pós-modernidade, ética e educação. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 95 p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 79)		
2. PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. P. (Colab.). Problemas atuais de bioética. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2005. 584 p.		
3. RIOS, T. A. Ética e competência. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 86 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. BOFF, L. Ética e moral: a busca dos fundamentos. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 134 p.		
2. IMBERT, F. Questão da ética no campo educativo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 142 p.		
3. INCONTRI, D. Pestalozzi: educação e ética. São Paulo: Scipione, 1996. 183 p.		
4. RIBEIRO, R. M. B. et al. (Org.). Ética, sociabilidade e educação. 1. ed. Fortaleza: EDUECE, 2015. 238 p.		
5. VÁSQUEZ, A. S. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 304 p.		

Bloco: 4	Disciplina: Metodologia do Ensino da Física	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Laboratório e oficinas de planejamento da ação docente; construção de materiais didáticos; utilização das Novas Tecnologias em Educação (Internet/TV Escola). Estratégias do ensino de Física. Organização do trabalho pedagógico no ensino de Física Diretrizes curriculares para o ensino de Física. Avaliação da aprendizagem em Física.		
Bibliografia Básica:		
1. CARVALHO, A. M. P. Prática de ensino: os estágios na formação do professor. São Paulo: Pioneira, 1985. 106 p.		

2. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. (Coord.). **Metodologia do ensino de ciências**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 207 p.

3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. (Colab.). **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 364 p.

Bibliografia Complementar:

1. BORGES, O. Formação inicial de professores de Física: Formar mais! Formar melhor! **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 28, n. 2, p. 135-142, 2006. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=forma%C3%A7%C3%A3o+inicial+de+professores+de+f%C3%ADsica+formar+m ais+formar+melhor>>

2. KAWAMURA, M. R. D.; HOSOUME, Y. A Contribuição da Física para um Novo Ensino Médio. **Física na Escola**, v. 4, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.sbfisica.org.br/fne/Vol4/Num2/v4n2a09.pdf>>

3. MENDES SOBRINHO, J. A. C.; RODRIGUES, C. A. F. O ensino de física na escola média: tendências contemporâneas. In: III Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, 2004, Teresina. **Atas do III Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI**. Teresina: EDUFPI, 2004. p. 1-12. Disponível em: <<http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT14/GT8.PDF>>

4. ROSA, C. W.; DARROZ, M. L.; MARCANTE, T. E. A avaliação no ensino de Física: práticas e concepções dos professores. **Revista Electrónica de Investigación em Educación em Ciencias**, v. 7, n. 2, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-66662012000200005>

5. SOUZA, N. A.; BORUCHOVITCH, E. Mapas conceituais: estratégia de ensino. **Educação em Revista**, v. 26, n. 3, p. 195-218, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000300010>

Bloco: 4	Disciplina: Metodologia do Ensino da Biologia	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Laboratório e oficinas de planejamento da ação docente; construção de materiais didáticos; utilização das Novas Tecnologias em Educação (Internet/TV Escola). Estratégias do ensino de Biologia.		
Bibliografia Básica:		
1. BORDENAVE, J. E. D.; PEREIRA, A. M. (Coord.). Estratégias de ensino-aprendizagem . 19. ed. Petropolis: Vozes, 1998. 312 p.		
2. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. Metodologia do ensino de ciências . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 207 p.		
3. KRASILCHIK, M. Prática de ensino de biologia . 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. 199 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. CACHAPUZ, A. et al. Necessária renovação do ensino das ciências . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 264 p.		
2. CARVALHO, A. M. P.; GIL-PEREZ, D. (Colab.). Formação de professores de ciências . 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 120 p.		
3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de ciências: fundamentos e métodos . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 364 p.		
4. MENDES SOBRINHO, J. A. C. (Org.). Ensino de ciências naturais: saberes e práticas docentes . Teresina: EDUFPI, 2013. 190 p.		
5. POZO, J. I. Aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 296 p.		

Bloco:4	Disciplina: Metodologia do Ensino de Química	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Contextualização histórica do ensino de Química. Tendências do ensino de Química. Organização do trabalho pedagógico em Química. Técnicas em ensino de Química s. Diretrizes curriculares para o ensino de Química. Materiais didáticos e paradidáticos de ensino de Química. Conteúdos e metodologias de Química para o Ensino Fundamental e Médio: seleção, sequência e abordagens. Avaliação da aprendizagem em Química.		
Bibliografia Básica:		
1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais . Brasília: MEC/SEF, 1998.		
2. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. P. Metodologia do ensino de ciências . 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.		
3. CARVALHO, A. M. P. de (org.) et al. Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.		
Bibliografia Complementar:		
1. FROTA-PESSOA, O.; GEVERTZ, R.; SILVA, A. G. Como ensinar ciências . Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1985.		

2. NARDI, R. (org.) **Educação em ciências**: da pesquisa à prática docente. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2001. (Coleção Educação para a ciência).
3. CADERNO BRASILEIRO DE ENSINO DE FÍSICA. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984- Quadrimestral. Textos escolhidos.
4. INVESTIGAÇÕES EM ENSINO DE CIÊNCIAS. Porto Alegre: IF-UFRGS. Quadrimestral. Textos escolhidos.
5. REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO DE FÍSICA. São Paulo: SBF, 1979- . Trimestral. Textos escolhidos.

Bloco: 4	Disciplina: Bioquímica para o Ensino de Ciências	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Introdução à Bioquímica, biologia celular, água, biomoléculas, enzimas, bioenergética, introdução ao metabolismo celular, metabolismo das macromoléculas, fotossíntese, ácidos nucleicos. Estudo das enzimas, incluindo cinética, inibição, regulação, coenzimas e vitaminas. Princípios de bioenergética. Transmissão da informação do código genético. Noções de Biologia Molecular e Biotecnologia.		
Bibliografia Básica:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DOSE, K. Bioquímica. São Paulo: Entrelinhas, 1982. 296 p. 2. MARZZOCO, A.; TORRES, B. B. (Colab.). Bioquímica básica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 386 p. 3. NELSON, D. L., COX, M. M., LEHNINGER, A. L. (Colab.). Lehninger: princípios de bioquímica. 5. ed. São Paulo: Artmed, 2011. 1273 p. 		
Bibliografia Complementar:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CAMPBELL, M. K. Bioquímica. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000. 752 p. 2. PRATT, C. W.; CORNELLY, K. (Colab.). Bioquímica essencial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 716 p. 3. REMIÃO, J. O. R.; SIQUEIRA, A. J. S.; AZEVEDO, A. M. P. Bioquímica: guia de aulas práticas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 214 p. 4. TAKEMURA, M.; SAWA, O. Guia mangá de bioquímica. São Paulo: NOVATEC, 2012. 272 p. 5. VOET, D.; VOET, J. G., PRATT, C. W. (Colab.). Fundamentos de bioquímica: a vida em nível molecular. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2008. 1241 p. 		

Bloco: 4	Disciplina: LIBRAS	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: Conceituação. História da educação dos surdos. Abordagens educacionais, legislação, identidades e cultura da comunidade surda. Aspectos Linguísticos da Libras e o uso da língua. Pedagogia surda.		
Bibliografia Básica:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo dos surdos em libras. São Paulo: Vitae; Fapesp; Capes; Editora da Universidade de São Paulo, 2005. 2. GESSER, A. Libras: que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Párbola Editorial, 2009. 88 p. 3. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 221 p. 		
Bibliografia Complementar:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. FALCÃO, L. A. Surdez, cognição visual e libras: estabelecendo novos diálogos. Recife: Editora do Autor, 2010. 2. FERNANDES, E. et al. (Org.). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005. 103 p. 3. LIMA, M. S. C. Surdez, bilinguismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito. Campinas: IEL/UNICAMP, 2004. 261 p. (Tese de Doutorado) 4. MOURA, M. C. O surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000. 152 p. 5. SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 200 p. 		

Bloco: 4	Disciplina: Avaliação da Aprendizagem	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Concepções de avaliação. Tipos, funções e características da avaliação. Avaliação na legislação educacional brasileira e documentos oficiais. Critérios e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Práticas avaliativas na Educação Básica.		
Bibliografia Básica:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. HOFFMANN, J. M. L. Avaliação: mito e desafio uma perspectiva construtiva. 37. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. 104 p. 2. LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998. 180 p. 3. LUDKE, M.; MEDIANO, Z. (Colab.). Avaliação na escola de primeiro grau: uma análise sociológica. 7. ed. Campinas: Papirus, 1992. 162 p. 		

Bibliografia Complementar:
1. HAYDT, R. C. C. Avaliação do processo ensino-aprendizagem . 3. ed. São Paulo: Ática, 1992. 159 p. (Educação)
2. HOFFMANN, J. Avaliar para promover: as setas do caminho . 15. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. 160 p.
3. PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas . Porto Alegre: Artmed, 1999. 183 p.
4. PERRENOUD, P.; THURLER, M. G. (Colab.). Competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação . Porto Alegre: Artmed, 2002. 176 p.
5. SAUL, A. M. Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículos . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 151 p.

Bloco: 5	Disciplina: Biologia Animal I	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Importância da Zoologia. Características da Zoologia. Protozoários (morfologia e fisiologia). Características gerais, classificação e fisiologia dos filos: Porifera, Cnidaria, Platyhelminthes, Nematoda, Mollusca, Annelida, Arthropoda e Chinodermata. Hipóteses de relacionamento entre os grupos “basais” de invertebrados. Relacionamento entre os principais de grupos de artrópodes (Hipótese Ecdysozoa vs. Articulata).		
Bibliografia Básica:		
1. BARNES, R. S. K. et al. (Colab.). Invertebrados: uma síntese . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 495 p.		
2. BRUSCA, R. C.; BRUSCA, G. J. Invertebrados . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 1092 p.		
3. RUPPERT, E. E.; FOX, R. S.; BARNES, R. D. (Colab.). Zoologia dos invertebrados: uma abordagem funcional-evolutiva . 7. ed. São Paulo: Roca, 2005. 1145 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. AZEVEDO, A. C. P.; HENNIG, G. J. Zoologia . 6. ed. Porto Alegre: Sagra, 1983. 318 p.		
2. D'ARCE, R. D.; FLECHTMANN, C. H. W. Introdução à anatomia e fisiologia animal . 2. ed. São Paulo: Nobel, 1985. 186 p.		
3. RIBEIRO-COSTA, C. S.; ROCHA, R. M. (Colab.). Invertebrados: manual de aulas práticas . 2. ed. Ribeirão Preto: Holos, 2006. 271 p.		
4. RODRIGUES, S. A. Zoologia . 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1982. 299 p.		
5. STORER, T. I.; USINGER, R. L.; STEBBINS, R. C.; NYBAKKEN, J. W. Zoologia geral . 6. ed. São Paulo: Nacional, 2000. 816 p.		

Bloco: 5	Disciplina: Biologia Vegetal I	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Importância dos estudos na botânica; Diversidade e reprodução das plantas: Criptogamas e Fanerogamas; Desenvolvimento e morfologia de fanerógamas; formação de tecidos e principais órgãos - folha, caule, raiz, flor, fruto e semente.		
Bibliografia Básica:		
1. APPEZZATO-DA-GLORIA, B.; CARMELLO-GUERREIRO, S. M. (Colab.). Anatomia vegetal . 3. ed. Viçosa: UFV, 2012. 404 p.		
2. ESAU, K. Anatomia das plantas com sementes . São Paulo: Blucher, 1974. 293 p.		
3. RAVEN, P. H.; EICHHORN, S. E.; EVERT, R. F. Biologia vegetal . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 830 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. DONOGHUE, M. J. et al. (Colab.). Sistemática vegetal: um enfoque filogenético . 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2009. 623 p.		
2. GUREVITCH, J. Ecologia vegetal . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 592 p.		
3. KERBAURY, G. B. Fisiologia vegetal . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 431 p.		
4. NABORS, M. W. Introdução à botânica . 4. ed. São Paulo: Rocca, 2012. 646 p.		
5. TAIZ, L.; ZEIGER, E. (Colab.). Fisiologia vegetal . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 918 p.		

Bloco: 5	Disciplina: Educação Ambiental	Carga Horária: 60h
Ementa:		
O surgimento da EA. Educação Ambiental (conceito e sua importância no ensino fundamental e médio). Relação entre saúde, educação e meio ambiente. Fenômenos ambientais e suas implicações para a sobrevivência do homem. A responsabilidade ambiental das empresas. O Protocolo de Kyoto e a Declaração do Rio de Janeiro. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade e outras estratégias nacionais neste domínio.		

Bibliografia Básica:
1. ABÍLIO, F. J. P. (Org.). Educação ambiental: do currículo da Educação Básica às vivências educativas no contexto do semiárido paraibano. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. 492 p.
2. GUIMARÃES, M. Dimensão ambiental na educação. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2012. 128 p.
3. MENESES, L. S. B. S. Educação ambiental na escola: a construção do cidadão ecológico nos anos iniciais do ensino fundamental. Picos: s.n., 2011. 49 p.
Bibliografia Complementar:
1. CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 255 p.
2. CAVALCANTE, C. (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 429 p.
3. DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004. 551 p.
4. DIAS, G. F. Atividades interdisciplinares de educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Gaia, 2006. 224 p.
5. PHILIPPI-JUNIOR, A. (Ed.). Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, 2005. 842 p.

Bloco: 5	Disciplina: Ecologia	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Introdução a Ecologia: Conceitos básicos. A energia nos sistemas ecológicos. Ciclagem de nutrientes. Fatores limitantes e o ambiente físico. Dinâmica de populações. Interações intra e interespecíficas. Sucessão ecológica. Padrões de diversidade. Conceito de bioma e principais ecossistemas terrestres.		
Bibliografia Básica:		
1. DAJOZ, R. Princípios de ecologia. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 519 p.		
2. RICKLEFS, R. E. A economia da natureza. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 543 p.		
3. TOWNSEND, C. R., BEGON, M.; HARPER, J. L. Fundamentos da ecologia. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 592 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. BEGON, M.; TOWNSEND, C. R. (Colab.). Ecologia: de indivíduos à ecossistemas. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 752 p.		
2. KAIM, M. L. Ecologia. Porto Alegre: ArtMed, 2011. 640 p.		
3. LAGO, A.; PADUA, J. A. (Coord.). Que é ecologia. São Paulo: Abril Cultural, 1985. 108 p.		
4. ODUM, E. P. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 434 p.		
5. PINTO-COELHO, R. M. Fundamentos em ecologia. Porto Alegre: ArtMed. 2000. 252 p.		

Bloco: 5	Disciplina: Anatomia e Fisiologia Humana	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Anatomia e Fisiologia dos sistemas orgânicos: esquelético, articular, muscular, nervoso, circulatório, respiratório, digestório, urinário, genital masculino e genital feminino.		
Bibliografia Básica:		
1. CASTRO, S. V. Anatomia fundamental. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2005. 586 p.		
2. THIBODEAU, G. A.; PATTON, K. T. (Colab.). Estrutura e funções do corpo humano. 11. ed. Barueri: Manole, 2002. 525 p.		
3. TORTORA, G. J.; GRABOWSKI, S. R. Corpo humano: fundamentos da anatomia e fisiologia. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 684 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. (Colab.). Anatomia humana básica. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. 757 p.		
2. DIDIO, L. J. A. Tratado de anatomia sistêmica aplicada: princípios básicos e sistêmicos - esquelético, articular e muscular. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002. 337 p.		
3. SOBBOTA, J.; PUTZ, R.; PABST, R. (Ed.). Sobotta: atlas de anatomia humana. 22. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 416 p.		
4. SPENCE, A. P. Anatomia humana básica. 2. ed. Barueri: Manole, 1991. 713 p.		
5. VAN DE GRAAFF, K. M. Anatomia humana. 6. ed. Barueri: Manole, 2003. 840 p.		

Bloco: 5	Disciplina: Estágio Supervisionado I	Carga Horária: 75h
Ementa:		
O processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas. Laboratório e oficinas de planejamento da ação docente. Estágio de observação Ensino Fundamental e Médio.		

Bibliografia Básica:
1. BRASIL. Ministério da Educação. Lei que regulamenta o Estágio Supervisionado – 11. 788/2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil>.
2. PIMENTA, S. G. Estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p.
3. UFPI. Resolução CEPEX ° 177\12. Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí, de 05 de novembro de 2013. Disponível em: http://ufpi.br/arquivos/normas/CEPEX .
Bibliografia Complementar:
1. BIANCHI, A. C. M.; BIANCHI, R.; ALVARENGA, M. (Colab.). Estágio supervisionado: manual de orientação. 3 ed. São Paulo: Thomson, 2003. 98 p.
2. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999.
3. CARVALHO, A. M. P. Práticas de ensino: os estágios na formação do professor. São Paulo: Pioneira, 1985. 106 p.
4. PICONEZ, S. C. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas: Papyrus, 2012. 128 p.
5. PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Colab.). Professor reflexivo no Brasil: gene e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 224 p.

Bloco: 6	Disciplina: Gestão e organização da Escola do Campo	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Gestão de Sistemas e Unidades Educacionais. Organização e função da escola. Organização e planejamento do Trabalho Pedagógico nas escolas do campo. Coordenação Pedagógica. O currículo e a avaliação da escola do campo. O Projeto Pedagógico das escolas do campo. Formas de organização e participação democrática nas escolas do campo.		
Bibliografia Básica:		
1. BRASIL. CNE. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (Parecer nº36 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação) Brasília: CNE, 2002. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf>		
2. GADOTTI, M. Organização do trabalho na escola: alguns pressupostos. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. 100 p.		
3. GANDIN, D. Prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 182 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. KUENZER, A. Z. Planejamento e educação no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993. 88 p. (Questões da Nossa Época, 21)		
2. LIBANEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 544 p.		
3. MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 154 p.		
4. RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira: a organização escolar. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 1993. 207 p.		
5. SAVIANI, D. Escola e democracia. 29. ed. Campinas: Autores Associados, 1995. 104 p. (Polêmica do Nosso Tempo, 5)		

Bloco: 6	Disciplina: Biologia Animal II	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Característica gerais e fisiologia dos grupos: Filo Hemichordata, Filo Chordata (Sub-filos Cephalochordata, Urochordata e Vertebrata), Chondrichthyes, Actinopterygii, Sarcopterygii, Amphibia, Reptilia, Aves e Mammalia. Nutrição, metabolismo energético, crescimento e desenvolvimento, princípios gerais de circulação, regulação da temperatura, excreção, movimento de Hemichordata, Cephalochordata, Urochordata, Agnatha, Chondrichthyes, Actinopterygii e Sarcopterygii. Nutrição, metabolismo energético, crescimento e desenvolvimento, princípios gerais de circulação, regulação da temperatura, excreção, movimento de Amphibia, Reptilia, Aves e Mammalia. Evolução das linhagens de vertebrados: Anapsida, Synapsida, Euriapsida, Diapsida (Infraclasse Ichthyosauria, Infraclasse Lepidosauromorpha e Infraclasse Archosauromorpha), Parareptilia. Origem e evolução dos Tetrapoda.		
Bibliografia Básica:		
1. HILDEBRAND, M.; GOSLOW, G. (Colab.). Análise da estrutura dos vertebrados. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2006. 637 p.		
2. ORR, R. T. Biologia dos vertebrados. 5. ed. São Paulo: Roca, 1986. 508 p.		
3. POUGH, F. H. Vida dos vertebrados. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 684 p.		

Bibliografia Complementar:
1. AZEVEDO, A. C. P.; HENNIG, G. J. Zoologia. 6. ed. Porto Alegre: Sagra, 1983. 318 p.

2. D'ARCE, R. D.; FLECHTMANN, C. H. W. **Introdução à anatomia e fisiologia animal**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1985. 186 p.

3. RODRIGUES, S. A. **Zoologia**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1982. 299 p.

4. ROMER, A. S.; PARSONS, T. S. **Anatomia comparada dos vertebrados**. São Paulo: Atheneu, 1985. 558 p.

5. STORER, T. I.; USINGER, R. L.; STEBBINS, R. C.; NYBAKKEN, J. W. **Zoologia geral**. 6. ed. São Paulo: Nacional, 2000. 816 p.

Bloco: 06	Disciplina: Relações Étnico-raciais	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Relações raciais e construção da identidade. Diversidade étnico-racial, LDB, teorias de currículo e educação escolar. Pesquisa educacional e relações étnico-raciais. A questão étnico-racial no projeto pedagógico e nos planos de ensino. Diversidade no contexto da educação no campo.		
Bibliografia Básica:		
1. CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro brasileira e africana . Brasília: CNE, 2004. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf >		
2. FERNANDES, F. Integração do negro na sociedade de classes . 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.		
3. THEODORO, M.; GERREIRO, L. J. R.; SOARES, O. S. (Org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição . Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf >		
Bibliografia Complementar:		
1. FICHTNER, B.; FOERSTE, E.; LIMA, M. (Org.). Cultura, dialética e hegemonia: pesquisas em educação . Vitória: EDUFES, 2013. 322 p.		
2. FREYRE, G. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal . 51. ed. São Paulo: Global, 2006. 727 p.		
3. HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil . 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 220 p.		
4. MCLAREN, P. Multiculturalismo crítico . São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1997. 239 p.		
5. MOURA, C. Sociologia do negro		

Bloco: 6	Disciplina: Biologia Vegetal II	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Fisiologia Vegetal; Célula vegetal. Fotossíntese. Fotorespiração. Respiração. Limitações fisiológicas da produção vegetal. Dinâmica do crescimento e do desenvolvimento: Fitohormônios, efeitos fisiológicos e modo de ação. Fotoperíodo. Relações água-planta. Conceitos e métodos taxonômicos. Código internacional de nomenclatura botânica. Categorias taxonômicas. Relações filogenéticas de ordens e famílias de plantas vasculares. Sistemas de classificação. Coleta e identificação.		
Bibliografia Básica:		
1. DONOGHUE, M. J. et al. (Colab.). Sistemática vegetal: um enfoque filogenético . 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2009. 623 p.		
2. RAVEN, P. H.; EICHHORN, S. E.; EVERT, R. F. Biologia vegetal . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 830 p.		
3. VIDAL, W. N.; VIDAL, M. R. R. (Colab.). Botânica - organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos . 4. ed. Viçosa: UFV, 2003. 124 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. APPEZZATO-DA-GLORIA, B.; CARMELLO-GUERREIRO, S. M. (Colab.). Anatomia vegetal . 3. ed. Viçosa: UFV, 2012. 404 p.		
2. GIULIETTI, A.M. et al. Diagnóstico da vegetação nativa do Bioma Caatinga. In: SILVA, J. D. et al. Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para conservação . Brasília: MMA, 2014. p 48-90. Disponível em: < https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/18267/1/Biodiversidade_Caatinga_parte2.pdf >		
3. GUREVITCH, J. Ecologia vegetal . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 592 p.		
4. KERBAURY, G. B. Fisiologia vegetal . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 431 p.		
5. TAIZ, L.; ZEIGER, E. (Colab.). Fisiologia vegetal . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 918 p.		

Bloco:6	Disciplina: Geociências	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Conceitos gerais em geologia. Características físicas e composicionais da Terra. A escala do tempo geológico. Tectônica global. Os principais grupos de rochas. Introdução à mineralogia. Geologia do Brasil. Introdução à paleontologia. Águas subterrâneas. Introdução à geologia ambiental.		
Bibliografia Básica:		
1. GROTZINGER, J. Para entender a terra . 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 738 p. 2. POMEROL, C. Princípios de geologia: técnicas, modelos e teorias . 14. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 1017 p. 3. SUGUIO, K.; SUZUKI, U. (Colab.). Evolução geológica da terra e a fragilidade da vida . São Paulo: Blücher, 2003. 152 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. CARNEIRO, C. D. R. et al. Dez motivos para a inclusão de temas de geologia na educação básica. Revista Brasileira de Geociências , v. 34, n. 4, p. 553-560, dez 2004. Disponível em: < http://ppegeo.igc.usp.br/index.php/rbg/article/view/9787 > 2. CARVALHO, I. S. (Ed.). Paleontologia . 3. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. 756 p. 3. GEOLOGIA USP. Publicação Especial , vol. 03, 2005. Disponível em: < http://www.revistas.usp.br/gusppe/issue/view/3718 > 4. PFALTZGRAFF, P. A. S.; TORRES, F. S. M.; BRANDÃO, R. L. Geodiversidade do Estado do Piauí . Recife: CPRM, 2010. 260 p. Disponível em: < http://www.cprm.gov.br/publique/media/Geodiversidade_PI.pdf > 5. TOSATTO, P. Orville A. Derby: o pai da geologia do Brasil . Rio de Janeiro: CPRM, 2001. 111 p.		

Bloco: 6	Disciplina: Estágio Supervisionado II	Carga Horária: 90h
Ementa:		
Projeto de Estágio. Estágio de Regência no Ensino Fundamental.		
Bibliografia Básica:		
1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais . Brasília: MEC/SEF, 1997. 138 p. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencias.pdf > 2. CARVALHO, A. M. P. Práticas de ensino: os estágios na formação do professor . São Paulo: Pioneira, 1985. 106 p. 3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. Metodologia do Ensino de Ciências . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 207 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais (Meio Ambiente) . Brasília: MEC/SEF, 1997. 76 p. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf > 2. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais (Pluralidade Cultural) . Brasília: MEC/SEF, 1997. 52 p. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf > 3. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais (Saúde) . Brasília: MEC/SEF, 1997. 42 p. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saude.pdf > 4. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais (Orientação Sexual) . Brasília: MEC/SEF, 1997. 52 p. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf > 5. PIMENTA, S.G. Estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p.		

Bloco: 7	Disciplina: Geografia Física e Matemática	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Introdução à Geografia. Definição de Geografia Física e Matemática. Elementos de Cartografia. Representações da Terra, Coordenadas, Fusos, Mapas e Cartas, Escalas, Projeções, Leitura e Interpretação de Mapas e uso de GPS. Noções de Topografia, Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento. Noções básicas sobre a origem, idade, evolução, principais minerais e rochas constituintes de crosta terrestre. Definição e perspectiva da Geomorfologia. Sistema Geomorfológico Controle Estrutura e Climático. Noções de Meteorologia e Climatologia. Aspectos físicos e ambientais do Brasil: rocha, relevo, solos, coberturas vegetais e redes hidrográficas.		
Bibliografia Básica:		
1. ANDRADE, M. C. Geografia ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico . São Paulo: Atlas, 1987. 143 p. 2. MORAES, A. C. R. Geografia: pequena história crítica . 16. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 3. MOREIRA, R. O que é geografia . 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 113 p.		

Bibliografia Complementar:
1. CÂMARA, C.; DAVIS, C. Fundamentos de Geoprocessamento . 1996. Disponível em: < http://www.dpi.inpe.br >
2. CARVALHO, M. S.; PINA, M. F.; SANTOS, S. M. Conceitos básicos de sistemas de informação geográfica e cartografia aplicados à saúde . Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2000. 117 p.
3. FERREIRA, C. C.; SIMÕES, N. N. A evolução do pensamento geográfico . Lisboa: Gadiva, 1986. 142 p.
4. GOMES, P. C. C. Geografia e modernidade . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 366 p.
5. MORAES, A. C. R. Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil . São Paulo: Hucitec, 1987.

Bloco: 7	Disciplina: Zoologia de Interesse Médico	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Conceitos Gerais de Parasitologia, Relação Parasito-Hospedeiro e Epidemiologia. Estudo dos principais grupos zoológicos de Interesse Médico: Protozoários, Helmintos e Artrópodes. Controle de insetos.		
Bibliografia Básica:		
1. HINRICHSEN, S. L. DIP: Doenças infecciosas e parasitárias . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 1098 p.		
2. NEVES, D. P. Parasitologia humana . 12. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. 546 p.		
3. REY, L. Parasitologia . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. 856 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. CIMERMAN, B.; FRANCO, M. A. (Colab.). Atlas de Parasitologia: artrópodes, protozoários e helmintos . São Paulo: Atheneu, 2005. 105 p.		
2. CIMERMAN, B.; CIMERMAN, S. (Colab.). Parasitologia humana e seus fundamentos gerais . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. 390 p.		
3. DECARLI, G. A. Parasitologia clínica: seleção de métodos e técnicas de laboratório para o diagnóstico das parasitoses humana . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. 906 p.		
4. NEVES, D. P. Parasitologia dinâmica . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2006. 495 p.		
5. NEVES, D. P.; BITTENCOURT-NETO, J. B. (Colab.). Atlas didáticos de parasitologia . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009. 101 p.		

Bloco: 7	Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I	Carga Horária: 60h
Ementa:		
A pesquisa em ensino de ciências. Pesquisas bibliográficas. Projetos de pesquisa: elaboração e desenvolvimento. Elaboração de instrumentos de pesquisa. Elaboração e aprovação do projeto de ensino de ciências relativo ao Trabalho de Conclusão de Curso.		
Bibliografia Básica:		
1. ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 174 p.		
2. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.		
3. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico . 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. 225 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas . 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 127 p.		
2. KOCH, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa . 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p.		
3. MARCANTONIO, A. T.; LEHFELD, N. A. S.; SANTOS, M. M. (Colab.). Elaboração e divulgação do trabalho científico . São Paulo: Atlas, 1993. 92 p.		
4. MARTINS, G. A.; LINTZ, A. (Colab.). Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 118 p.		
5. OLIVEIRA, S. L. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses . São Paulo: Pioneira, 2001. 320 p.		

Bloco: 7	Disciplina: Teoria do Currículo e Sociedade	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Fundamentos teórico-metodológicos e legais do currículo. Teorias curriculares, concepções, tendências, avaliação e planejamento curricular. Relações Étnico-Raciais e educação. Experiências curriculares formais e não formais. Produção de saberes e fazeres nas escolas do campo. Currículo das escolas do campo.		
Bibliografia Básica:		
1. GIROUX, H. Currículo, cultura e sociedade . 2. ed. São Paulo: Artmed, 2000.		
2. MOREIRA, A. F. (Org.). Currículo, cultura e sociedade . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 154 p.		
3. ZABALA, A. Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar . Porto Alegre: Artmed, 2002. 248 p.		
Bibliografia Complementar:		

1. CANEN, A. (Org.). **Ênfase e omissões no currículo**. Campinas: Papirus, 2001. 240 p. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)
2. GIROUX, H. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997. 270 p.
3. HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. (Org.). **Organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998. 199 p.
4. LOPES, A. C. (Org.). **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 220 p.
5. VEIGA, I. P. A.; CARDOSO, M. H. F. (Org.). **Escola fundamental: currículo e ensino**. Campinas: Papirus, 1995. 216 p.

Bloco: 7	Disciplina: Estágio Supervisionado III	Carga Horária: 120h
Ementa:		
Projeto de Estágio. Estágio de Regência no Ensino Médio (Física, Química e Biologia).		
Bibliografia Básica:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais (Ensino Médio): Parte III – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencian.pdf> 2. CARVALHO, A. M. P. Práticas de ensino: os estágios na formação do professor. São Paulo: Pioneira, 1985. 106 p. 3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. Metodologia do Ensino de Ciências. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 207 p. 		
Bibliografia Complementar:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais + (PCN+) - Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf> 2. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file> 3. CUNHA, M. I. Bom professor e sua prática. Campinas: Papirus, 1997. 182 p. 4. MENDES SOBRINHO, J.A.C. (Org.). Formação e prática pedagógica: diferentes contextos de análises. Teresina: EDUFPI, 2007. 255 p. 5. PIMENTA, S. G. Estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p. 		

Bloco: 8	Disciplina: Evolução	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Teorias da evolução. Métodos de estudo da evolução. Sistemas adaptativos. Seleção natural e artificial. Fontes de variação. Processo de especiação. Mecanismo de isolamento. Modos de especiação. Tendências evolutivas. Evolução molecular.		
Bibliografia Básica:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. FREEMAN, S.; HERRON, J. C. Análise evolutiva. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 848 p. 2. FUTUYMA, D. J. Biologia evolutiva. 2. ed. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2002. 631 p. 3. RIDLEY, M. Evolução. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 752 p. 		
Bibliografia Complementar:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DAWKINS, R. Gene egoísta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 544 p. 2. DAWKINS, R. A grande história da evolução: na trilha dos nossos ancestrais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 760 p. 3. LEWIN, R. Evolução humana. São Paulo: Atheneu Editora, 1999. 526 p. 4. MATIOLI, S. R. (Ed.). Biologia molecular e evolução. Ribeirão Preto: Holos Editora, 2012. 256 p. 5. WILSON, E. O. Diversidade da vida. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 447 p. 		

Bloco: 8	Disciplina: Educação e Movimentos Sociais do Campo	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Protagonismo da sociedade civil. Movimentos sociais no campo. Mobilização social. Políticas educacionais no campo e o papel das organizações sociais. Conquistas históricas dos movimentos sociais do campo.		
Bibliografia Básica:		
1. CALDART, R. S.; CERIOLI, P. R.; KOLLING, E. J. (Org.). Por uma Educação do campo: identidades e políticas públicas. Brasília: Articulação nacional por uma educação do campo, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo, 4). Disponível em: < http://www.forumeja.org.br/ec/files/Vol%204%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20do%20Campo.pdf >		
2. GOHN, M. G. M. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002. 383 p.		
3. SOUZA, M. A. Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006. 135 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. BATALHA, C. O movimento operário na primeira república. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 80 p.		
2. FERNANDES, B. M. (Org.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.... São Paulo: UNESP, 2009. 326 p.		
3. GOHN, M. G. M. Movimentos sociais e educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 177 p.		
4. MEJIA, M. R. Transformação social: educação popular e movimentos sociais no fim do século. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 88 p.		
5. MOTTA, M. (Org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: UNESP, 2008. 350 p.		

Bloco: 8	Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Coleta de dados de pesquisa. Tratamento e análise de dados para a pesquisa no ensino de ciências. Desenvolvimento do projeto do Trabalho de Conclusão de Curso. Elaboração e apresentação de monografia relativa ao Trabalho de Conclusão de Curso.		
Bibliografia Básica:		
1. ALVEZ, M. Como escrever teses e monografias: um roteiro passo-a-passo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 114 p.		
2. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. 225 p.		
3. MARTINS, G. A. Manual para elaboração de monografias. São Paulo: Atlas, 1992. 90 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. KOCHÉ, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p.		
2. MARCANTONIO, A. T.; LEHFELD, N. A. S.; SANTOS, M. M. (Colab.). Elaboração e divulgação do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1993. 92 p.		
3. MARTINS, G. A.; LINTZ, A. (Colab.). Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 118 p.		
4. OLIVEIRA, S. L. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2001. 320 p.		
5. SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 425 p.		

Bloco: 8	Disciplina: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Meio Ambiente: Introdução à questão ambiental. A Questão Ambiental - Problemas (As Ações Impactantes da Atividade Humana; Atividades Agropecuárias e Florestais Centros Urbanos; Atividades Industrial, Comercial e de Serviços; Residências, Clubes, Áreas Públicas); Consequências da Atividade Humana (Lixo; Poluição do Solo, da Água, do Ar; Redução da Diversidade Biológica; Degradação do Solo; Esgotos Doméstico, Hospitalar e Industrial); Soluções e Alternativas Existentes (Ações Específicas; Educação; Educação Ambiental; Gestão Ambiental; Estudo do Impacto Ambiental: EIA/RIMA). Desenvolvimento Sustentável: Conceitos Básicos. A Relação Meio Ambiente X Desenvolvimento Sustentável e a Integração de Conhecimentos de Diferentes Áreas Profissionais. Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Atuação Profissional.		
Bibliografia Básica:		
1. CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 429 p.		
2. LOPES, W. G. R. (Org.). Sustentabilidade do semiárido. Teresina: EDUFPI, 2009. 436 p.		
3. VERNIER, J. Meio ambiente. 7. ed. Campinas: Papirus, 2005. 132 p.		

Bibliografia Complementar:
1. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores. Brasília: Marco Zero, 2005. 359 p.
2. CAVALCANTE, C. (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 429 p.
3. LOUETTE, A. (Org.). Gestão do conhecimento: compêndio para sustentabilidade: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental: uma contribuição para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Antakarana Cultural Arte e Ciência, 2007. 186 p.
4. PHILIPPI-JUNIOR, A. (Ed.). Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, 2005. 842 p.
5. SEIFFERT, M. E. B. Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 310 p.

Bloco: 8	Disciplina: Estágio Supervisionado IV	Carga Horária: 120h
Ementa:		
Projeto de Estágio. Estágio de Regência no Ensino Médio (Física, Química e Biologia).		
Bibliografia Básica:		
1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais (Ensino Médio): Parte III – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 2000. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencian.pdf >		
2. CARVALHO, A. M. P. Práticas de ensino: os estágios na formação do professor. São Paulo: Pioneira, 1985. 106 p.		
3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. Metodologia do ensino de ciências. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 207 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais + (PCN+) - Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 2002. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf >		
2. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542 p. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file >		
3. CUNHA, M. I. Bom professor e sua prática. Campinas: Papirus, 1997. 182 p.		
4. MENDES SOBRINHO, J. A. C. (Org.). Formação e prática pedagógica: diferentes contextos de análises. Teresina: EDUFPI, 2007. 255 p.		
5. PIMENTA, S. G. Estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p.		

10.6. Ementa das Disciplinas Optativas

Bloco: 7/8	Disciplina: Física para o Ensino Médio	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Teoria e Prática do Ensino de Física no Ensino Médio. A Física como Ciência Experimental. Evolução e Importância da Química. Física Elementar. Cinemática. Força e Movimento. Energia e Potência. Introdução e Aplicações da Física Moderna. Termometria e Termodinâmica. Óptica. Eletricidade e Eletrostática. Teoria da Relatividade. Teoria Quântica. Particular Elementares.		
Bibliografia Básica:		
1. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física. 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 3.		
2. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física. 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 4.		
3. TIPLER, P. A.; MOSCA, G. (Colab.) Física. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. Vol. 1.		
Bibliografia Complementar:		
1. BORJORN, J. R.; BORJORN, R. F. S. A. (Coord.). Física. São Paulo: FTD, s.d.		
2. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de física básica. São Paulo: Edgard Blücher, 1981. Vol. 1.		
3. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física. 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 1.		
4. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física. 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 2.		
5. SCHAUM, D. Física geral. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1979. 430p.		

Bloco: 7/8	Disciplina: Educação e Cultura Popular	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Educação Escolar e Não Escolar: os espaços de Educação. Educação de qualidade e a qualidade da educação das classes populares. Relação entre a ausência de Educação e crescimento das desigualdades sociais. Educação e Cultura Popular e Movimentos Sociais. A luta pela Educação no Brasil. A luta pelo direito da educação no campo.		
Bibliografia Complementar		
1. BRANDÃO, C.R. O que é Educação Popular . São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos). 2. OLIVEIRA, A.C. Educação Popular: Prática Plural . São Paulo: Nova, 2000. 3. PALUDO, C. Educação Popular: em busca de alternativas . Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.		
Bibliografia Complementar		
1. ALMEIDA, A.W.B. A segurança e o Revigoramento do Poder Regional. Reforma Agrária , Campinas, vol.11, n. 02, março/abril, 1981, p. 4-41. 2. ARROYO, M.G. (Org.). Da Escola Carente à Escola Possível . 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997. 3. AYALA, M.I.N.; AYALA, M. A cultura popular no Brasil . 2.ed. São Paulo: Ática, 1995. 4. FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido . 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 5. MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil . Petrópolis: Vozes, 1984.		

Bloco: 7/8	Disciplina: Sociologia Rural	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Objeto da sociologia rural, contexto histórico e principais abordagens. As relações entre o rural e o urbano. Capitalismo e agricultura. Relações de trabalho no campo. Histórico da questão agrária, agrícola e social no Brasil. Estrutura fundiária e estrutura de classes. Os movimentos sociais no campo. Agricultura familiar. Novas ruralidades e a reconstrução dos espaços rurais.		
Bibliografia Básica:		
1. FREYRE, G. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano . 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 891 p. 2. FROELICH, J. M.; DIESEL, V. (Org.). Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos . Ijuí: UNIJUÍ, 2006. 192 p. 3. MARTINS, J. S. (Org.). Introdução crítica à sociologia rural . 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 224 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: Hucitec/ANPOCS/ UNICAMP, 1992. 275 p. 2. CAVALCANTI, C. (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 429 p. 3. DEMO, P. Introdução a sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social . São Paulo: Atlas, 2010. 382 p. 4. DUARTE, R. Emprego rural e migração na América Latina . Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1986. 204 p. 5. VEIGA, J. E. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula . Campinas: Autores Associados. 2002. 304 p.		

Bloco: 7/8	Disciplina: Aspectos teórico-metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	Carga Horária: 60h
Ementa:		
A educação de jovens e adultos como direito. Concepções teórico-metodológicas de educação de jovens e adultos. A diversidade da educação de jovens e adultos. Os fundamentos legais da educação de jovens e adultos como modalidade de educação. A história da Educação de Jovens e Adultos. As diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. As políticas e programas de educação de jovens e adultos no Brasil e Piauí no campo.		
Bibliografia Básica:		
1. BARRETO, V. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos . Brasília: MEC/SEF/COEJA, 2000. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf > Consulta em: 15-abr-2016. 2. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido . 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 184 p. 3. PAIVA, V. P. Educação popular e educação de adultos . São Paulo: Edições Loyola, 1987. 368 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade e outros escritos . 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 149 p. 2. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade . 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 158 p.		

3. GADOTTI, M; ROMÃO, E. J. (Org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2000.
4. PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 118 p.
5. SANTO ANDRÉ. Secretaria Municipal de Educação e Formação Profissional. **Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: SEFP, 2000.

Bloco: 7/8	Disciplina: Química para o Ensino Médio	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Teoria e Prática do Ensino de Química no Ensino Médio. Matéria e Sua Natureza: estrutura da matéria, substância, mistura, métodos de separação, fenômenos físicos, estrutura atômica, distribuição eletrônica, tabela periódica, ligações químicas, funções químicas, reações químicas, eletroquímica e radioatividade. Química Sintética: química do carbono e hidrocarbonetos. Biogeoquímica: soluções, estudo dos gases, termoquímica, cinética química e equilíbrio químico.		
Bibliografia Básica:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BROWN, T. L. Química, a ciência central. 9 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 972 p. 2. LEMBO, A.; SARDELLA, A. (Coord.). Química. 12. ed. São Paulo: Ática, 1992. Vol. 3. 3. MAIA, D. J. Química geral: fundamentos. São Paulo: Pearson Prentic Hall, 2007. 436 p. 		
Bibliografia Complementar:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BAIRD, C. Química ambiental. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. 622 p. 2. KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M. Química geral e reações químicas. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2005. 672 p. 3. LEMBO, A.; SARDELLA, A. (Coord.). Química. 12. ed. São Paulo: Ática, 1992. Vol. 1. 4. ROZENBERG, I. M. Química Geral. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1981. s.p. 5. SOLOMONS, G. T.W.; FRYHLE, C. B. (Colab.). Química Orgânica. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 		

Bloco: 7/8	Disciplina: Educação, Estado e Direitos Humanos	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Teorias Políticas do Estado. As circunstâncias da Modernidade. Os direitos fundamentais do homem. Os direitos humanos no plano das relações internacionais. Educação, Estado e Direitos humanos no Brasil. Educação no Campo enquanto direito humano fundamental.		
Bibliografia Básica:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ADORNO, T. W. Educação e emancipação. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 190 p. 2. GOERGEN, P. Pós-modernidade, ética e educação. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 95 p. 3. SAVIANI, D. Escola e democracia. 29. ed. Campinas: Autores Associados, 1995. 104 p. 		
Bibliografia Complementar:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. (Colab.). Juventude, juventudes: o que une e o que separa. Brasília: UNESCO, 2006. 744 p. 2. BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 173 p. 3. CRANSTON, M. Que são os direitos humanos? São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979. 173 p. 4. DEMO, P. Política social, educação e cidadania. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1996. 124 p. 5. MARX, K.; ENGELS, F. (Colab.). Manifesto do partido comunista. São Paulo: Global, 2006. 123 p. 		

Bloco: 7/8	Disciplina: Embriologia e Histologia Comparada	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Conceitos fundamentais; Tecido epitelial de revestimento e glandular; Tecido conjuntivo; Tecido cartilaginoso; Tecido Adiposo; Tecido ósseo; Tecido Hematopoiético; Tecido muscular; Tecido nervoso; Sistemas reprodutores: masculino e feminino. Gametogênese, Fertilização e Segmentação, Implantação do blastocisto; Gastrulação, Fechamento do embrião, Membranas Fetais, Placentas, Cordão umbilical, Comparação desses processos entre os animais.		
Bibliografia Básica:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CORMACK, D. H; NARCISO, M. S. (Trad.). Fundamentos de Histologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 371 p. 2. GARCIA, S. M. L.; FERNÁNDEZ, C. G. Embriologia. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. 416 p. 3. JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. (Colab.). Histologia básica. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 488 p. 		
Bibliografia Complementar:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DI FIORE, M. S. H. Atlas de histologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. 229 p. 2. GARTNER, L. P.; HIATT, J. L. (Colab.). Tratado de histologia em cores. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 456 p. 3. MAIA, G. D. Embriologia humana. São Paulo: Atheneu, 2007. 115 p. 4. MOORE, K. L.; PERSAUD, T. V. N. (Colab.). Embriologia clínica. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 609 p. 		

5. ROSS, M. H.; PAWLINA, W. (Colab.). **Histologia**: texto e atlas em correlação com biologia celular e molecular. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 987 p.

Bloco: 7/8	Disciplina: Informática na Educação	Carga Horária: 60h
Ementa:		
Importância da informática na educação. Utilização da Informática na Escola. A utilização de aplicativos e base de dados para pesquisa e ensino em Educação e Ciências. Ambientes de Aprendizagem Informatizados.		
Bibliografia Básica:		
1. BARRETO, R. G. (Coord.). Educação e tecnologia (1996-2002) . Brasília: MEC, 2006. (Série Estado do Conhecimento, 9)		
2. NORTON, P. Introdução à informática . São Paulo: Pearson Makron Books, 1996. 619 p.		
3. SANMYA, F. T. Informática na educação : novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade. São Paulo: Érica, 2002. 143 p.		
Bibliografia Complementar:		
1. COSTA, R. M. E. M. A nova demanda das licenciaturas: informática 10 na educação. In: WORKSHOP DE INFORMÁTICA NA ESCOLA, 1999, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: SBC, 1999. p 645-654.		
2. LUCENA, C.; FUKS, H. A educação na era da internet . Rio de Janeiro: Clube do Futuro, 2000. 160 p.		
3. PAPERT, S. LOGO : computadores e educação. São Paulo: Brasiliense, 1988.		
4. SANCHO, J. (Org.). Para uma tecnologia educacional . Porto Alegre: Artmed, 1998.		
5. TAJRA, S. F. Projeto em sala de aula : Windows 98, Word 97 e Excel 97, São Paulo, Editora Érica, 2001.		

11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

11.1 Caracterização do estágio supervisionado

O Estágio Supervisionado, para os cursos de Licenciatura da UFPI, constitui componente curricular obrigatório de formação de recursos humanos para o magistério, para integralização curricular, conforme determinado pela legislação que disciplina o funcionamento do estágio curricular nos cursos de licenciatura plena (Resolução N° 177/2012 CEPEX/UFPI, Resolução N° 02/2015 CNE/CP e Resolução N° 220/2016 – CEPEX/UFPI). O Estágio Supervisionado corresponde, nas diversas licenciaturas, às atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais da prática pedagógica, sob a coordenação da Instituição de Ensino. Dessa forma, objetiva: a) Garantir a formação acadêmica: conclusão do processo de ensino-aprendizagem; b) Vivenciar uma nova modalidade de aprendizagem com experiências para o alcance dos objetivos educacionais tendo em vista a interdisciplinaridade; c) Desenvolver atividades que possibilitem ao estudante: conhecimento da sala de aula em todos os aspectos do seu funcionamento; vivência da prática docente envolvendo a dimensão técnica, social e política; e, a descoberta de si mesmo como agente social e construtor da cidadania, cujo trabalho só terá sentido se tiver como finalidade à realização da pessoa humana.

O Estágio Supervisionado, antes de ser uma exigência legal, deve ser parte integrante da formação de professores, articulando a teoria com a prática. Assim, o currículo de Licenciatura deve propiciar, permanentemente, a articulação entre o conteúdo da formação

profissional com o exercício da docência, de modo a configurar uma visão mais integrada do conhecimento profissional.

O Estágio Supervisionado em uma Licenciatura Interdisciplinar, como a prevista no PPP do Curso, exige planejamento e organização sistemáticos, de forma que as áreas de conhecimento abrangidas – Ciências da Natureza – não sejam apenas vivenciadas pelos futuros professores, mas que haja uma distribuição de carga horária compatível com as características de cada área e com a interdisciplinaridade que o curso exige e pela especificidade da Pedagogia da Alternância. O estágio na LEDOC, no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Ensino Médio, são entendidos como um espaço ambiental em que o acadêmico deverá analisar o processo de ensino, observando e diagnosticando situações que propiciam ou dificultam as aprendizagens dos alunos.

O Estágio Supervisionado na LEDOC deve possibilitar aos acadêmicos a formação e a construção de conhecimentos necessários à sua formação, ou seja, para o trabalho com as escolas do campo e no campo: aquelas situadas na sede do município, mas que recebem boa parte de seus alunos do meio rural e as que se situam no meio rural propriamente dito. Para tanto, a Coordenação de Estágio e o Professor Orientador devem garantir as condições para que os acadêmicos desenvolvam suas atividades de modo que este trabalho auxilie na reestruturação do currículo escolar, considerando as condições e características da escola do campo e da própria Universidade, uma vez que os alunos do meio rural vivenciam práticas e espaços de vivência – cultura e trabalho – diferenciados dos alunos urbanos.

No âmbito da UFPI, o Estágio Supervisionado está organizado pelas Resoluções Nº 177/2012 CEPEX e 041/2016 CONSUN que definem as normas de realização e desenvolvimento do mesmo, em conformidade com a LDBEN Nº 9394/1996 e a Lei Nº 11.788/2008. Para que ele ocorra, deve-se formalizar termos de cooperação entre as instituições educacionais e a UFPI para que os discentes desenvolvam as atividades deste momento de formação tanto nas escolas Estaduais como Municipais das localidades atendidas. O encaminhamento ao campo de estágio se dará através de ofício do docente supervisor ou da Coordenação de Estágio.

O Estágio Supervisionado, regulamentado pela Resolução Nº 177/12 CEPEX/UFPI, nas diversas licenciaturas, compreende as disciplinas: i) Estágio Supervisionado de Ensino I (75 horas-aula); ii) Estágio Supervisionado de Ensino II (90 horas-aula); iii) Estágio Supervisionado de Ensino III (120 horas-aula); iv) Estágio Supervisionado de Ensino IV (120 horas-aula). A carga horária total do Estágio Supervisionado tem 405 horas, sendo ofertada nos últimos quatro semestres letivos do Curso (Blocos: V, VI, VII e VIII). O Estágio Supervisionado

realizar-se-á durante o período letivo do Curso, correspondendo ao período estabelecido pelo calendário acadêmico do mesmo, em consonância com o período letivo da rede Municipal e Estadual de ensino.

O discente deve efetuar a matrícula na disciplina de Estágio correspondente na Coordenação do curso, no período estabelecido para matrícula curricular no calendário acadêmico do Curso, estando sua matrícula condicionada ao cumprimento dos pré-requisitos no currículo do mesmo

11.2 Coordenação do estágio supervisionado

Conforme a Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI, a Coordenação do Estágio no Curso é formada por um docente efetivo escolhido entre os professores orientadores do estágio, cuja nomeação foi efetivada por portaria da unidade acadêmica a qual o estágio está vinculado, cujas competências e tempo de supervisão serão estabelecidos pelos respectivos pares. Esse profissional tem como atribuições:

- a) Coordenar a elaboração ou adequações de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na presente resolução;
- b) Informar à Coordenadoria de Estágio Obrigatório (CEO/PREG) os campos de estágio, quando for o caso, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;
- c) Fazer, no final de cada período, levantamento do número de alunos aptos e pretendentes ao estágio, em função da programação semestral;
- d) Elaborar, a cada semestre, junto com os docentes-orientadores, as programações de estágio obrigatório que serão enviadas à CEO/PREG no prazo estabelecido no calendário acadêmico;
- e) Orientar e encaminhar os alunos ao campo de estágio;
- f) Acompanhar o desenvolvimento do estágio, tendo em vista a consecução dos objetivos propostos;
- g) Enviar à CEO/PREG, no final de cada período letivo, o relatório correspondente ao Estágio Obrigatório do Curso;
- h) Receber e arquivar na unidade de estágio avaliações e frequência do estagiário assinados pelo supervisor de campo.

Para coordenar as atividades de estágio é designado um professor para a função de Coordenador de Estágio via Portaria emitida pela Coordenação do Curso com vigência de dois anos, conforme Resoluções Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e 041/2016 CONSUN/UFPI.

11.3 Orientador do estágio supervisionado

O orientador do estágio é um professor do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

- a) elaborar junto ao Coordenador de Estágio do curso a programação semestral de estágios obrigatórios;
- b) orientar os alunos, na elaboração dos seus planos e relatórios de estágio;
- c) acompanhar e orientar a execução das atividades dos estagiários;
- d) avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;
- e) enviar ao Coordenador de Estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório correspondente aos Estágios Obrigatórios dos alunos sob a sua responsabilidade.

11.4 Supervisor do estágio supervisionado

O supervisor de campo é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento dessa atividade. A atuação do docente supervisor visa articular, acompanhar, orientar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo estagiário no campo de estágio, proporcionando ainda oportunidades de reflexão sobre o pensar e o agir profissional.

A supervisão no estágio obrigatório ocorre de forma direta com monitoramento de forma sistemática e contínua das atividades do estágio, por meio da:

- a) Avaliação periódica do desempenho dos alunos com utilização de instrumentos específicos;
- b) Criação e recriação de espaços de reflexão-ação-reflexão durante todo o processo;
- c) Planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário;
- d) Colaboração na elaboração do Plano de Estágio e dos relatórios parciais e de conclusão do estágio (final);
- e) Assinatura de relatórios e avaliações, a qual é obrigatória em todos os documentos encaminhados ao coordenador do estágio.

11.5 Plano de estágio supervisionado

O plano de estágio é tarefa do estudante, sob a orientação do docente-supervisor com anuência do coordenador do estágio, devendo: selecionar, priorizar conteúdos a serem trabalhados e atividades a serem executadas, definir os objetivos que devem ser atingidos, fixar prazos, competências e habilidades a serem adquiridas e determinar, *a priori*, as formas do

próprio estágio. O plano deve ser elaborado a partir do conhecimento da realidade do campo de estágio. A execução do plano pelo estudante-estagiário deve ser acompanhada pelo docente supervisor na supervisão de estágio. A avaliação do plano de estágio deve ser realizada após o término de cada etapa prevista no documento, para verificação e correção das falhas ocorridas, envolvendo docente supervisor e estudante-estagiário.

11.6 Acompanhamento, controle e avaliação do estágio supervisionado

Todas as atividades realizadas pelo estagiário e acompanhadas pelo docente supervisor serão comprovadas mediante documentação escrita (ficha de supervisão, ficha de frequência do estagiário e relatórios parciais e relatório final) entregue e avaliada pelo orientador do estágio. Será considerado reprovado o aluno que não cumprir com a frequência de 75% e nota atribuída 7,0 (sete) (Resolução N° 177/2012 CEPEX).

11.7 Pesquisa e extensão no estágio supervisionado

A lógica da formação na Universidade Federal do Piauí aponta para a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo por base o compromisso da Instituição com a produção de novos conhecimentos, desenvolvimento da capacidade de adaptar-se às mudanças e ao atendimento das necessidades da comunidade onde a mesma está inserida. Assim, se faz necessário que o Estágio Supervisionado possa ocorrer, prioritariamente, na forma de ensino, mas pode associar o ensino às atividades de extensão e/ou de pesquisa.

Estágio Supervisionado na forma de extensão visa a participação dos estudantes em ações que possam colaborar com os docentes já atuantes na educação básica, na revisão constante da sua prática, propiciando qualificação técnica e humana à comunidade de acordo com as necessidades apresentadas contribuindo com momentos de reflexão e de troca e construção de saberes.

O estágio supervisionado na forma de pesquisa visa desenvolver o espírito científico do futuro licenciado, formando sujeitos familiarizados com as questões da investigação e questionamentos que possam buscar soluções para os problemas enfrentados na prática pedagógica por aqueles que já exercem o magistério, abrindo espaços para o pensar, o criticar, o criar e para a proposição de alternativas. Visa, portanto, instrumentalizar o estudante-estagiário para aprender e criar de forma permanente, buscando respostas aos problemas que surgem nas atividades de ensino, ou seja, na prática educativa.

11.8 Dispensa do estágio supervisionado

No caso da LEDOC, considerada especificidade da formação, a redução da carga horária do Estágio supervisionado dar-se-á da seguinte forma:

I - O aluno poderá requerer dispensa do Estágio Supervisionado de Ensino II quando possuir, no mínimo, dois anos de exercício efetivo do magistério no Ensino Fundamental II, em área específica da formação do licenciando.

II - O aluno poderá requerer dispensa do Estágio Supervisionado de Ensino III ou IV quando possuir, no mínimo, dois anos de exercício efetivo do magistério no Ensino Médio, em área específica da formação do licenciando.

Os alunos que exerçam atividades docentes regulares e comprovadas na educação básica em área específica da formação, poderão ter redução de carga horária em até 200 (duzentas) horas no Estágio Supervisionado de Ensino, na forma da legislação federal em vigor e de acordo com os critérios definidos na Resolução 1777/2012 CEPEX/UFPI.

Para os alunos que tiveram experiência profissional devidamente comprovada em área específica da formação, nos últimos cinco anos, considerando as cargas horárias dos Estágios Supervisionados III e IV do Curso, poderão ser dispensados apenas de um estágio.

Os critérios exigidos para redução da carga horária do Estágio Supervisionado de Ensino são os seguintes:

I - Comprovação legal (cópia autenticada) do vínculo empregatício: carteira de trabalho para professores de instituições privadas; contrato de prestação de serviço para professores substitutos; contrato de estágio não-obrigatório para graduando bolsistas; contracheques e termo de posse para professores efetivos da rede pública de ensino;

II - Comprovação legal (cópia autenticada) da autorização/reconhecimento da instituição em que atua ou atuou, conforme estabelece a norma respectiva dos Conselhos Estadual e Municipal de Educação;

III - Apresentação de relatório da experiência docente de acordo com as normas vigentes da ABNT.

A solicitação de aproveitamento de atividades docentes regulares na Educação Básica deverá ser encaminhada à Coordenação do Curso no período anterior ao da dispensa requerida, acompanhada da justificativa e documentação comprobatória. Segundo Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI, compete à Coordenação do Estágio Supervisionado do Curso, juntamente com o professor da Disciplina, a análise do pedido e a emissão de parecer que deverá ser encaminhado ao colegiado do curso. Do resultado da análise pelo colegiado será lavrado parecer para ser encaminhado à Diretoria de Administração Acadêmica (DAA) para os devidos registros, após homologação pela CAMEN, o registro do componente curricular.

11.9 Orientações para o estagiário

- Tomar conhecimento da Legislação Vigente e das Resoluções que regulamentam o Estágio Curricular na UFPI e do Manual de Estágio;
- Efetivar matrícula no Estágio Supervisionado, na Coordenação do Curso a qual está vinculado;
- Elaborar o Plano de Estágio sob a orientação do docente-supervisor;
- Destinar, obrigatoriamente, um turno para a realização do estágio, para atendimento do horário da escola-campo de estágio, caso não exerça o magistério.
- Observar os prazos estipulados no plano de estágio para entrega dos trabalhos, materiais e documentos solicitados pelo docente-supervisor e coordenador de estágio;
- Entregar ao Coordenador de estágio ao final de cada mês ou no prazo estabelecido pelo mesmo, a frequência devidamente assinada pelo responsável direto no campo de estágio;
- Entregar no término do Estágio Supervisionado, ao docente-supervisor e à unidade da UFPI a qual se vincula a atividade de estágio, um relatório sobre as atividades desenvolvidas, expondo os resultados e a avaliação do trabalho no campo de estágio.

12 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC³

De acordo com a Resolução N° 177/2012 CEPEX/UFPI e Portaria N° 330/2017 PREG/CAMEN de Diretrizes Gerais para o Trabalho de Conclusão de Curso (2016) elaborado pelo Fórum das Licenciaturas da UFPI (FORLIC), o TCC corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação. Com base nesta Portaria, ficou estabelecido o regulamento que norteia o processo de elaboração e avaliação do TCC da LEDOC, em que se dispõe:

12.1. Diretrizes gerais para o Trabalho de Conclusão De Curso

CONSIDERANDO que as ofertas atuais desta disciplina/atividade TCC têm sido feita de forma diversificada no que se refere à organização, atribuição de funções, formato e cargas horárias; faz-se necessária definir Diretrizes institucionais para o desenvolvimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

³

Texto retirado da Minuta de Diretrizes Gerais para o Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado em reunião do FORLIC em 05/12/2016.

CONSIDERANDO a Resolução nº 177/12-CEPEX, o PDI 2015/2019 UFPI e a Resolução CNE nº 2/2015 e a Resolução 220/2016-CEPEX.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso- TCC é a uma produção acadêmica que deve expressar as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação.

Art. 2º. O TCC terá sua regulamentação em cada colegiado de curso.

DOS OBJETIVOS

Art. 3º O TCC possui como objetivos:

- I. Articular os conteúdos curriculares do curso para ampliação do campo de conhecimento.
- II. Promover o aprimoramento da capacidade investigativa, interpretativa e crítica do estudante.
- III. Ampliar a capacidade do estudante quanto aos aspectos teórico-metodológicos necessários para o seu desenvolvimento pessoal e profissional
- IV. Consolidar a importância do uso de rigor metodológico e técnico-científico, na organização, na sistematização e no aprofundamento do tema abordado, respeitando o nível de graduação.

DAS ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO

Art. 4º As atividades relativas ao TCC serão desenvolvidas da seguinte forma:

- I. Elaboração do projeto de TCC.
- II. Desenvolvimento do projeto de TCC, culminando em uma das modalidades: monografia, memorial, artigo científico ou outras categorias a ser definida pelo colegiado de curso.
- III. Apresentação pública do TCC,

Parágrafo único: A apresentação do TCC deve seguir as formalidades que regem um trabalho acadêmico científico no âmbito dessa IES, as exceções devem ser apreciadas pelo Colegiado do Curso e restrita à Comissão avaliadora.

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º Cada Curso terá preferencialmente uma **coordenação** própria para os TCCs, com competências administrativas e pedagógicas referentes ao desenvolvimento do Trabalho.

Parágrafo único: A Coordenação dos TCCs será exercida por um professor do curso, indicado pela assembleia departamental, por um período de 2 (dois) anos nomeado pelo diretor do campus\centro.

DA ORIENTAÇÃO

Art. 6º A orientação do TCC é de responsabilidade de docente da UFPI.

Art. 7º É preservado o direito ao estudante e ao professor de solicitarem à Coordenação do TCC ou coordenação do curso mudança de orientação, mediante justificativa formalizada, devendo outro docente assumir formalmente a orientação, junto à coordenação.

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º Compete ao Coordenador dos Trabalhos de Conclusão de Curso:

- I. Tomar decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz;
- II. Elaborar um relatório ao final de cada período letivo contendo informações referentes as atividades desenvolvidas e levantamento de alunos com TCC concluído e\ou com pendências que deverá ser entregue na coordenação do curso.
- III. Convocar, sempre que houver demandas formalizadas, os professores orientadores e alunos matriculados para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCCs.
- IV. Divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de professores que orientarão o TCC, indicando as respectivas linhas de pesquisas.
- V. Auxiliar os estudantes na escolha de professores orientadores, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação.
- VI. Coordenar agendas de apresentação dos TCCs, providenciar local adequado, realizar a divulgação entre professores e alunos bem como para a comunidade em geral.

Art. 9º Compete ao professor orientador:

- I. Orientar o desenvolvimento do projeto de TCC em todas as suas etapas;
- II. Indicar as Comissões Examinadoras/Avaliadoras dos seus orientandos;
- III. Participar, na condição de presidente da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC;
- IV. Contatar com o Coordenador do TCC e/ou Coordenador do Curso para solucionar possíveis dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho.

Art. 10º Compete ao orientando:

- I. Escolher a linha de pesquisa, conforme disponibilidade do professor
- II. Elaborar e desenvolver o projeto de TCC, sob a orientação de um professor;
- III. Cumprir as normas e prazos;
- IV. Entregar 1 (cópia) impressa para cada membro da banca examinadora/avaliadora, com 15 dias de antecedência da apresentação.
- V. Entregar na coordenação de curso 2(duas) cópias da versão final do TCC, aprovadas pelo professor orientador, seguindo as normas da biblioteca central da UFPI;
- VI. Participar de reuniões e outras atividades relativas ao TCC, para as quais for convocado;
- VII. Cumprir o cronograma de trabalho de acordo com o plano aprovado pelo professor orientador;
- VIII. Acatar outras atribuições referentes ao TCC.

DA AVALIAÇÃO

Art. 11 A avaliação do TCC compreende dois momentos:

- I. Avaliação contínua do processo de realização do TCC pelo professor orientador;
- II. Avaliação pela Banca Examinadora.

Art. 12 Após aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso pela banca examinadora/avaliadora o aluno encaminhará cópia digital do TCC ao orientador do TCC, que o encaminhará à coordenação do TCC.

Art. 13 O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser defendido no penúltimo período do curso. No último período deverá ser realizada a revisão final e a entrega da versão final.

13. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares de aprofundamento em áreas específicas de interesse da LEDOC devem perfazer 200 horas e são de natureza acadêmico-científico-culturais (QUADROS 3 a 12), seguindo Resolução 02/2015 CNE/CP.

A UFPI, visando organizar a realização e o computo dessas atividades, em consonância com o disposto no Inciso V, do Artigo 53, da Lei Nº 9.394/1996, incluiu na Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI, Seção VI, disposições sobre as atividades complementares em seus cursos de graduação. De acordo com essa última resolução, as mesmas fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, constituindo um conjunto de estratégias didático-pedagógicas. Estas atividades incluem um conjunto de vivências acadêmicas previstas

pela IES para a integralização do curso. Como atividades acadêmicas consideram-se aquelas relevantes para que o estudante adquira, durante a integralização curricular, o saber e as habilidades necessárias à sua formação.

São consideradas atividades integrantes da formação do aluno da LEDOC, além das disciplinas e do estágio supervisionado, participação em: eventos, discussões temáticas, projetos de pesquisa e extensão, além de outras atividades acadêmicas a juízo do Colegiado do Curso e previstas na Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e no PPC. Estas poderão ocorrer em qualquer etapa do curso desde que seus objetivos sejam claramente explicitados. Além disso, é importante considerar que para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – Serem realizadas a partir do primeiro semestre;
- II – Serem compatíveis com o PPC de Licenciatura em Educação do Campo;
- III – Serem compatíveis com o período cursado pelo aluno ou o nível de conhecimento requerido para a aprendizagem;
- IV – Serem realizadas durante a realização do Curso e/ou no período letivo, em horário diferenciado das aulas, bem como no período de matrícula institucional.
- V – Serem integralizadas até o período anterior ao período de conclusão do curso.

Essas atividades, quando desenvolvidas pelo aluno, serão integralizadas ao currículo a cada bloco de 15 horas, que corresponde a um crédito acadêmico, até o limite mínimo de 200 horas para os cursos de licenciatura. A consignação é feita atendendo o que dispõe a Resolução Nº 177/12 CEPEX/UFPI sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais.

No calendário acadêmico é estipulado o período para solicitação de integralização de atividades complementares de graduação junto à coordenação do curso, até 60 dias antes do prazo para a colação de grau do aluno, a cada período letivo. Cabe à coordenação do curso avaliar o desempenho do aluno nas atividades complementares de graduação, emitindo conceito satisfatório ou insatisfatório estipulando a carga horária a ser aproveitada e fazer o registro no sistema acadêmico de acordo com os prazos estipulados no calendário acadêmico ou encaminhar à PREG para as providências cabíveis quando o sistema estiver indisponível.

Os casos de alunos ingressos no curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de atividades complementares de graduação, serão avaliados pela coordenação do curso, que poderá computar o total ou apenas parte da carga horária atribuída pela Instituição ou curso de origem. Os alunos ingressos como portadores de curso superior deverão desenvolver normalmente as atividades complementares requeridas pela LEDOC. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados à PREG

para serem homologados pela Câmara de Ensino de Graduação e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX).

Quadro 3 - Descrição das atividades de ensino e de pesquisa consideradas como atividades complementares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB.

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		MÍNIMA	MÁXIMA
1 Ensino	Monitoria no curso por período letivo/ Participação em projetos institucionais, PIBID, PET.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Iniciação a pesquisa	Participação em projetos de pesquisa, projetos institucionais, PIBIT, PIBIC.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
3 Grupo de pesquisa	Participação em grupo de pesquisa liderado por docentes da UFPI.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL MÁXIMO		60 horas	
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 4 - Descrição das atividades de participação e/ou organização de eventos consideradas como atividades complementares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB.

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		MÍNIMA	MÁXIMA
1 Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos.	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	60 (sessenta) horas
2 Organização de eventos técnico-científicos.	Organização de congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	60 (sessenta) horas
3 Participação em eventos técnico-científicos.	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, defesas de TCC, de dissertação de mestrado e tese de doutorado, fóruns, semanas acadêmicas.	01(uma) hora	60 (sessenta) horas
TOTAL MÁXIMO		60 horas	
Certificação: Certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.			

Quadro 5 - Descrição das experiências profissionais e/ou complementares consideradas como atividades complementares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB.

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		MÍNIMA	MÁXIMA
Docente	Experiência profissional como docente por um período mínimo de um semestre.	30(trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL MÁXIMO		120 horas	
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 6 - Descrição das atividades de extensão consideradas como atividades complementares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB.

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		MÍNIMA	MÁXIMA
1 Projeto de extensão com bolsa.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 12 a 20h.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Projeto de extensão voluntário.	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 06 a 20 h.	30 (trinta) horas	30 (sessenta) horas
TOTAL MÁXIMO		90 horas	
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 7 - Descrição dos trabalhos publicados considerados como atividades complementares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB.

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		MÍNIMA	MÁXIMA
1 Publicações em anais de eventos nacionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Publicações em anais de eventos locais e/ ou regionais.	Publicação em anais de congressos e similares, comprovados com documentação pertinente (declaração, cópia dos anais).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
3 Publicações em periódicos nacionais.	Publicações em periódicos especializados comprovados com apresentação de documento pertinente (declaração, cópia dos periódicos).	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL MÁXIMO		90 horas	
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 8 - Descrição da vivências de gestão consideradas como atividades complementares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB.

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		MÍNIMA	MÁXIMA
1 Representação estudantil	Participação anual como membro de entidade de representação político – estudantil. Participação anual como membro de diretoria de entidade de representação político – estudantil.	10 (dez) horas	40 (quarenta) horas
TOTAL MÁXIMO		40 horas	
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 9 - Descrição das atividades artístico-culturais, esportivas e produções técnico-científicas consideradas como atividades complementares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB.

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		MÍNIMA	MÁXIMA
1 Atividades Artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas	Participação em grupos de artes, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música e produção e elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
2 Recebimento de premiação ou aprovação em concursos públicos	Premiação recebida em eventos artístico-culturais, acadêmicos ou por órgãos afins e aprovação de concursos públicos na área de biologia e/ou áreas afins.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL MÁXIMO		90	
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 10 - Descrição da disciplina eletiva ofertada por outro curso desta IES ou por outras instituições de ensino superior considerada como atividades complementares pelo Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB.

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		MÍNIMA	MÁXIMA
1 Disciplina Eletiva	Ofertada por outro curso desta IES ou por outras Instituições de Educação Superior.	30 (trinta) horas	60 (sessenta) horas
TOTAL MÁXIMO		60 horas	
Certificação: Histórico Escolar.			

Quadro 11 - Descrição do estágio não obrigatório considerado como atividades complementares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB.

ATIVIDADE	ESCRITURA	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
1 Estágios não obrigatório	Programas de integração empresa-escola ou de trabalhos voluntários, com dedicação semanal de 5 a 20 horas para o aluno.	30 (trinta) horas	90 (noventa) horas
TOTAL MÁXIMO		90 horas	
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 12 - Descrição das visitas técnicas consideradas como atividades complementares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB.

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Visitas técnicas	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovada por um prof. responsável, consultado previamente.	01 (uma) hora	10 (dez) horas
TOTAL MÁXIMO		10 horas	
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

14 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR⁴

Segundo os documentos consultados, a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso.

As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento. O Parecer N° 02/2015 CNE/CP destaca, ainda, que as disciplinas relacionadas com a educação que incluem atividades de caráter prático podem ser computadas na carga horária classificada como prática como componente curricular, mas o mesmo não ocorre com as disciplinas relacionadas aos conhecimentos técnico-científicos próprios da área

⁴Texto baseado no Parecer N° 09/2001 CNE/CP; Parecer N° 28/2001 CNE/CP; Resolução N° 2/2002 CNE/CP; Parecer N° 15/2005 CNE/CES; Parecer N° 02/2015 CNE/CP

do conhecimento para a qual se faz a formação. Por exemplo, disciplinas de caráter prático em Química, cujo objetivo seja prover a formação básica em Química, não devem ser computadas como prática como componente curricular nos cursos de licenciatura. Para este fim, poderão ser criadas novas disciplinas ou adaptadas as já existentes, na medida das necessidades de cada instituição.

A prática como componente curricular a ser efetivada ao longo do processo formativo não se confunde com o estágio supervisionado, o qual é um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático. O Parecer N° 28/2001 CNE/CP distingue a prática como componente curricular do estágio supervisionado:

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente (...) de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.

Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar.

A prática, como componente curricular, que terá necessariamente a marca dos projetos pedagógicos das instituições formadoras, ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas. Com isto se pode ver nas políticas educacionais e na normatização das leis uma concepção de governo ou de Estado em ação. Pode-se assinalar também uma presença junto a agências educacionais não escolares tal como está definida no Art. 1º da LDB. Professores são ligados a entidades de representação profissional cuja existência e legislação eles devem conhecer previamente. Importante também é o conhecimento de famílias de estudantes sob vários pontos de vista, pois eles propiciam um melhor conhecimento do *ethos* dos alunos.

Em nossa proposta curricular, a prática como componente curricular deverá contemplar a transposição didática, já que cabe ao licenciando conhecer os conteúdos que serão desenvolvidos, com seus alunos, no Ensino Fundamental e Médio. A prática como componente curricular na LEDOC, conforme orientação dos documentos oficiais consultados, está presente desde o início do curso e permeia toda a formação do professor,

constituindo 15 horas (um crédito) dos componentes curriculares em educação com caráter prático (Tabela 2).

Assim, a formação de professores não se restringe apenas à preparação para a regência, capacitando os futuros profissionais quanto à participação no projeto educativo da escola, ao relacionamento com alunos e com a comunidade, às discussões sobre as temáticas relacionadas ao sistema educacional e à análise e compreensão de sua atuação.

No que se refere à forma de realização das práticas como componentes curriculares muitas podem ser as ações para a realização, desde que se incluam estudos e discussões de temáticas que integrem os conhecimentos com as vivências do aluno, o contato com a escola, o conhecimento da estrutura e funcionamento da escola e, os conteúdos desenvolvidos em outras disciplinas, viabilizando a concepção e a execução de práticas pedagógicas para o ensino de Ciências da Natureza.

Tabela 2 – Caracterização dos componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB, quanto as atividades práticas desenvolvidas.

Nome da disciplina	Disciplinas relacionadas aos conhecimentos técnico-científicos com atividades de caráter prático (horas)	Disciplinas relacionadas a educação com prática como componente curricular (horas)
Seminário de Introdução ao Curso	-	-
Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo	-	15
História, Identidade e Memória dos povos do campo	-	15
Biologia Celular	15	-
Filosofia da Educação	-	15
História da Educação	-	15
Sociologia da Educação	-	15
Genética	15	-
Química Básica	15	-
Física Básica	15	-
Matemática para o Ensino de Ciências	-	15
Psicologia da Educação	-	15
Legislação e Organização da Educação Básica	-	15
Química Orgânica	15	-
Políticas Públicas de Educação do Campo	-	15
Educação Especial	-	15
Didática	-	15
Fundamentos Teórico-metodológicos da Educação do Campo	-	15
Ética e Educação	-	15
Metodologia do Ensino da Física	-	15
Metodologia do Ensino da Biologia	-	15
Metodologia do Ensino da Química	-	15
Bioquímica para o Ensino de Ciências	15	-
LIBRAS	-	15
Avaliação da Aprendizagem	-	15
Biologia Animal I	15	-
Biologia Vegetal I	15	-
Educação Ambiental	-	15
Ecologia	15	-

Anatomia e Fisiologia Humana	15	-
Estágio Supervisionado I	-	-
Gestão e organização da escola do campo	-	15
Biologia Animal II	15	-
Relações Étnico-Raciais	-	15
Biologia Vegetal II	15	-
Geociências	15	-
Estágio Supervisionado II	-	-
Geografia Física e Matemática	15	-
Zoologia de Interesse Médico	15	-
Optativa I	-	15
TCC I	-	-
Teoria do Currículo e Sociedade	-	15
Estágio Supervisionado III	-	-
Evolução	-	15
Educação e Movimentos Sociais do Campo	-	15
Optativa II	-	15
TCC II	-	-
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	-	15
Estágio Supervisionado IV	-	-
TOTAL	225	405

Fonte: Autoria própria (2017).

15 APOIO AO DISCENTE

A existência de ações de apoio aos discentes tem como finalidade promover ações afirmativas de acesso e inclusão social que buscam garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes, através da promoção das condições básicas para sua permanência na instituição. Por meio de recursos próprios oriundos do Edital N° 02/2012 SESU/SETEC/SECADI/MEC, administrados pela Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino e Extensão (FADEX), a Coordenação do curso oferece aos seus alunos uma rede de apoio acadêmico e social importante para a sua formação pessoal e profissional.

Os alunos da LEDOC dispõem de um auxílio alimentação, pago com recursos do próprio Curso, o qual dá direito a almoço gratuito no Restaurante Universitário no período do tempo-universidade. Além disso, está previsto desde o ano de 2017, a abertura de edital de seleção de bolsistas para o recebimento de auxílio permanência, organizado pela Coordenação do Curso. Esse auxílio tem como finalidade propiciar ao estudante, em situação de vulnerabilidade social e econômica, a melhoria das condições de permanência na graduação, principalmente durante o tempo-universidade, contribuindo para o desenvolvimento do desempenho acadêmico e agindo preventivamente à situações de retenção e evasão. Todo o material utilizado nas aulas também é disponibilizado pelo Curso aos alunos, não havendo gastos com cópias. Esse material didático é produzido pelos professores do Curso e entregues no início de cada disciplina. O Curso possui ainda uma Pedagoga exclusiva que tem a função de realizar o acompanhamento pedagógico dos alunos bem como auxiliar à Coordenação e os docentes na organização pedagógica do curso e das disciplinas.

Além desses apoios, os discentes da LEDOC, CSHNB, dispõem também de serviços oferecidos pelo Núcleo de Assistência Estudantil (NAE) o qual foi criado pela Resolução N° 29/2014 e está vinculado à PRAEC, por meio da Coordenadoria de Assistência Comunitária. Sua gestão administrativa é compartilhada com a diretoria do *campus*. Dentre os serviços oferecidos pelo NAE, os que podem ser utilizados pelos alunos da LEDOC são assistência psicológica e odontológica.

16 METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O curso será oferecido em período diurno e utilizará o período noturno para a realização de atividades pedagógicas e extracurriculares, já que se trata-se de um curso em regime de alternância, ou seja, vale-se de uma metodologia que diferencia os espaços pedagógicos.

O curso tem caráter regular e apoia-se em duas dimensões de alternância formativa integradas: o tempo-universidade e o tempo-comunidade. O **tempo-universidade** configura-

se no momento em que o aluno permanece na universidade, nos turnos matutino e vespertino, para cursar as disciplinas em aulas presenciais. As atividades dessa dimensão ocorrem nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto. Já o **tempo-comunidade** é realizado durante o restante do semestre no espaço socioprofissional do aluno, para que ele possa refletir sobre os problemas, discutir com a comunidade e colegas e levantar hipóteses acerca das soluções possíveis. Esta dimensão se concretiza em sala de aula, a cada retorno para as atividades de tempo-universidade, mediante discussões e socializações. Cabe aos professores do curso acompanhar e vivenciar juntamente com os estudantes o tempo-comunidade, em que são realizadas atividades de ensino, pesquisa e extensão, nas múltiplas áreas de atuação dos estudantes. Sendo assim, há uma divisão entre os espaços educativos, tendo como base o tempo-comunidade e o tempo-universidade, além de uma interligação entre estes dois momentos.

16.1 Caracterização do tempo-universidade

a) Disciplinas: Serão montadas aulas expositivas e dialogadas, além da realização de visitas e diálogos com sujeitos sociohistóricos locais.

b) Estudos Individuais: Estes estudos serão orientados pelos professores e serão base para as práticas de pesquisa e extensão em escolas do campo e junto aos movimentos sociais e sindicais. Sobre cada estudo individual orientado, o educando/a deverá produzir um roteiro de apresentação das questões, que será discutido, avaliado e aplicado considerando-se as áreas de vivências dos estudantes.

c) Oficinas: As oficinas priorizarão a atenção aos processos de socialização e de produção coletiva do conhecimento, enfatizando a criação de materiais pedagógicos que congreguem as tecnologias educacionais disponíveis. A produção de materiais pedagógicos terá como base a observação da realidade educacional do campo durante o tempo-comunidade, respeitando-se, assim, a realidade dos territórios nos quais se localizam os assentamentos.

d) Práticas de planejamento de pesquisa e/ou extensão: No final de cada etapa do tempo-universidade, os educandos realizarão um trabalho integrado a partir de uma questão-problema própria ao seu projeto de extensão/pesquisa, oportunizando a integração e relação dos eixos temáticos desenvolvidos ao longo da etapa do tempo-universidade.

e) Seminários Integradores: Os seminários de Integração terão como base a socialização dos estudos individuais a partir de questões delineadas pelos professores, bem como a socialização da produção realizada no tempo-comunidade. Nestes seminários, serão apresentados os resultados das práticas de pesquisa e extensão desenvolvidas na comunidade.

f) Trabalho de Conclusão de Curso (120h): Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso a partir dos resultados obtidos nos projetos de extensão/pesquisa e práticas pedagógicas. Este trabalho terá um cunho participativo e emancipador quanto às comunidades envolvidas. Cada comunidade ou escola envolvida deverá apresentar uma carta de concordância de participação e envolvimento no projeto de extensão e/ou pesquisa.

g) Excursões duplamente emancipatórias: Realização de visitas às comunidades, aos assentamentos e às escolas rurais das localidades envolvidas no projeto, bem como a apresentação das diferentes dependências da universidade como eixo integrador do desenvolvimento das atividades pedagógicas.

h) Estágio curricular supervisionado: A prática como estágio supervisionado e componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência *in loco* e o conhecimento de situações reais da Educação do Campo, naquilo que se refere às práticas pedagógicas nos ciclos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

16.2 Caracterização do tempo-comunidade

a) Estudos da realidade, pesquisa e práticas pedagógicas nas comunidades, nos assentamentos, áreas de agricultura familiar ou escolas rurais ou do campo, entre outros espaços campestres: Nos estudos desenvolvidos em ambiente real, o educando acentuará sua formação como educador-pesquisador, realizando, portanto, pesquisas e práticas pedagógicas. Neste sentido, a reconstrução histórica de seu assentamento, bem como de seu município é a base da metodologia de pesquisa, reconstruindo a totalidade das relações sociais historicamente produzidas, abrangendo a Memória Social, o Patrimônio Imaterial e Físico, a dinâmica das Escolas do Campo nas Regionais, recuperando histórias, objetos e territórios que vão se perdendo, além de reconstruir dados socioeconômicos e análises políticas. No retorno de cada tempo-comunidade, os educandos apresentarão oralmente suas percepções e entregarão um registro escrito acerca de suas observações e aprendizados. Estes estudos serão utilizados na construção do trabalho final a ser apresentado para uma banca examinadora e para a comunidade envolvida.

b) Construção de dados para elaboração do TCC: Neste tempo, os estudantes realizarão pesquisas e atividades que darão suporte à construção do TCC, que deverá obrigatoriamente estar calcado em seu projeto de extensão/pesquisa. As comunidades serão envolvidas de acordo com as necessidades e demandas apresentadas pelos grupos sociais envolvidos na formação. Assim, relatos, fotografias, depoimentos, observação e acompanhamento do cotidiano dos

sujeitos sociais serão utilizados na elaboração da pesquisa que obrigatoriamente será apresentada na universidade e no assentamento ou escola envolvida.

c) Excursões didático-pedagógicas: Serão realizadas visitas para o acompanhamento de atividades desenvolvidas por assentados da reforma agrária ou sujeitos vinculados aos diversos movimentos sociais. Além das visitas aos assentados, também serão alvo dessas ações áreas quilombolas, grupos de assalariados rurais no estado do Piauí e em outros estados vizinhos.

17 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

17.1 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

Para entender as dimensões avaliativas na Pedagogia da Alternância, adotada no PPC, se faz necessário compreender a avaliação como importante instrumento de apreciação da qualidade e da eficiência do processo de ensino-aprendizagem como um todo, a fim de constatar progressos, dificuldades, limitações, de modo à replanejar o trabalho promovendo as adequações necessárias visando a transformação da realidade avaliada. Nesse sentido, toma-se a avaliação como uma prática educativa, não tendo apenas como foco o aluno, mas também o sistema de ensino e os demais atores envolvidos. Assim, busca-se desenvolver uma prática avaliativa que fuja do atual modelo classificatório e se caracterize como diagnóstico.

Versando mais propriamente sobre a avaliação naquilo que tange aos alunos, utiliza-se as atividades do processo de ensino-aprendizagem como forma de subsidiá-la. Assim, ela tem caráter diagnóstico, formativo e também somatório. Neste caso, é fundamentada pela Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e será feita por disciplina, semestralmente. No início do Curso é fornecido ao aluno esta Resolução e, no primeiro dia de aula do período letivo, o professor responsável é obrigado a apresentar aos alunos o plano da disciplina previamente aprovado pelo Colegiado de Curso, em que consta a forma que será realizada a avaliação da mesma.

A avaliação do processo formativo na dimensão tempo-universidade é feita no decorrer das aulas presenciais. Sendo que, no final do tempo-universidade, é realizada também a avaliação somativa. A avaliação do tempo-comunidade de cada disciplina é feita em encontros com os professores, por meio de sua socialização. Segundo o Artigo 110 da Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI, será considerado aprovado o aluno que obtiver média final, igual ou superior a 7,0 (sete) desde que os requisitos de assiduidade do Artigo 117 da referida Resolução sejam satisfeitos. Complementando esta decisão, são seguidos também os seguintes artigos:

Art. 111 Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que:

I – Obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular e média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete) nas avaliações parciais;

II – Submetido ao exame final, obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) resultante da média aritmética das avaliações parciais e da nota do exame final.

Art. 112 Será considerado reprovado o aluno que se incluir em um dos três itens:

I – Obtiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular;

II – Obtiver média aritmética inferior a 4,0 (quatro) nas avaliações parciais;

III – Obtiver média aritmética inferior a 6,0 (seis) resultante da média aritmética das avaliações parciais e da nota do exame final.

Art. 113 É reprovado no componente curricular o aluno cuja média final for menor que 4,0 (quatro). Neste caso o aluno não poderá se submeter ao exame final.

Art. 114 A presença do aluno é registrada por sua frequência em cada 60 minutos de aula.

Art. 115 É reprovado no componente curricular o aluno que deixar de comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do total das aulas e atividades no período letivo, ressalvados os casos previstos em lei.

Art. 116 O aluno cuja média parcial for maior ou igual a 4,0 (quatro) e menor que 7,0 (sete) e que satisfaça os requisitos de assiduidade definidos no Artigo 117 terá direito à realização do exame final.

Parágrafo único. O prazo para realização do exame final é de, no mínimo, 03 (três) dias úteis, contados a partir da divulgação da média parcial do aluno.

Art. 117 O rendimento acadêmico final (média final) é obtido pela média aritmética simples entre a média parcial e o resultado do exame final.

§ 1º O valor da média final será igual ao da média parcial para os alunos que se encontrarem na situação dos Artigos 114.

§ 2º Ao aluno reprovado por falta será atribuída a média final igual a zero.

Art. 118 A média final mínima para aprovação, depois de realizado o cálculo definido no Artigo 117, é 6,0 (seis).

A prática docente é constantemente avaliada por meio de encontros pedagógicos realizados entre o grupo de professores, em que percepções são socializadas e possíveis adequações podem ser feitas durante o semestre letivo. Ademais, ao término de cada disciplina, os alunos tem a oportunidade de formalizarem suas opiniões acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores do Curso, contribuindo significativamente para a detecção de eventuais necessidades de mudança e adequação.

Diante das dificuldades apresentadas pelos alunos, o *campus* oferece, via projetos de extensão, aulas de nivelamento nas áreas prioritárias dos Cursos ofertados. Além disso, os professores do Curso, durante o tempo-comunidade, ficam integralmente a disposição dos alunos a fim de sanar eventuais dúvidas e orientar os trabalhos/projetos que são desenvolvidos ao longo do semestre letivo.

17.2 Avaliação do projeto do curso

A avaliação consiste em uma reflexão que redireciona a ação. O acompanhamento e avaliação do PPC baseia-se numa ação contínua e dinâmica, em que todo o corpo docente, discente e técnico-administrativo participam ativamente. Tem-se como objetivo gerar dados para se fazer os ajustes necessários e o planejamento de ações que favoreçam o aperfeiçoamento do Projeto.

A avaliação é realizada por questionário interno bianual com vários itens como: currículo, disciplinas, professores, atividades do curso, coordenação, secretaria, aluno, estrutura física do *campus*, dificuldades, entre outros que se julguem necessários. O Coordenador do Curso é responsável por tratar os dados colhidos destes formulários, complementá-los com conversas estabelecidas com os professores do curso, alunos e servidores, articulando-os com os demais órgãos deliberativos do Curso (Colegiado e Núcleo Docente Estruturante), os quais deverão coletivamente, julgá-los e adotar as devidas providências. A ideia é tomar os indicadores desta avaliação para melhorar, sempre, a qualidade do ensino.

18 RECURSOS HUMANOS

18.1. Docentes

Os docentes envolvidos nas ações educativas do curso possuem formação compatível com os conteúdos a serem ministrados e com a prática pedagógica necessária para a formação do futuro professor do campo, fornecendo subsídios pedagógicos para associar os conteúdos programáticos à necessidade e realidade do campo.

Para isso, possuímos em nosso quadro docente 15 professores efetivos, um professor substituto 40 horas e um professor colaborador, lotado em outro Curso do CSHNB (Quadro 13). Desse total de efetivos, quatro são doutores e 11 são mestres. Dos mestres, seis estão realizando o doutorado sem afastamento das atividades, quatro encontram-se afastados para doutoramento e apenas um ainda não encontra-se inscrito em nenhum programa de pós-graduação *stricto sensu* (Quadro 13).

18.2 Servidores

A LEDOC pela prática do regime de alternância apresentam várias particularidades que exigem da instituição um regime de funcionamento diferenciado, se comparado aos cursos regulares ofertados. Portanto, considerando as especificidades do curso, temos à disposição um assistente em administração e uma Pedagoga.

Quadro 13 – Descrição do quadro de professores do Curso de licenciatura em Educação do Campo, CSHNB.

NOME DO DOCENTE	CPF	TITULAÇÃO	SITUAÇÃO NO CURSO			DISCIPLINA(S) QUE MINISTRA NO CURSO	REGIME DE TRABALHO	ADMISSÃO
			Específico*	Colaborador**	Substituto***			
Alexandre Leite dos Santos Silva	034.877.656-08	Mestrado em Educação Doutorando em Educação	X			Matemática para o Ensino de Ciências Estágio Supervisionado II		13/09/2016
Edneide Maria Ferreira da Silva	706.288.313-15	Mestrado em Ensino de Ciências Doutoranda em Educação	X			Química Básica Química Orgânica Metodologia do Ensino de Química Bioquímica para o Ensino de Ciências	DE	29/04/2015
Fabília de Castro Silva	038.163.323-31	Mestrado em Ciência dos Materiais Doutoranda em Ciências dos Materiais	X			Em afastamento	DE	22/04/2015
Fábio Soares da Paz	867.342.613-87	Mestrado em Educação Doutorando em Educação	X			Física Básica Metodologia do Ensino de Física	DE	29/05/2015
Gardner de Andrade Arrais	794.324.843-00	Mestrado em Educação Doutorando em Educação	X			Filosofia da Educação Sociologia da Educação Políticas Públicas de Educação do Campo Fundamentos Teórico-metodológicos da Educação do Campo	DE	23/04/2015
Jânio Ribeiro dos Santos	007.466.685-11	Mestrado em Educação	X			Recém-removido	DE	27/04/2015
Juliana do Nascimento Bendini	278.454.078-28	Doutorado em Zootecnia	X			Biologia Animal I Anatomia e Fisiologia Humana Estágio Supervisionado II	DE	31/03/2015

Lauro Araújo Mota	913.628.573-00	Mestrado em Educação Doutorando em Educação	X		Em afastamento	DE	21/07/2014
Maurício Fernandes da Silva	076.273.957-63	Mestrado em Filosofia Doutorando em Filosofia	X		Em afastamento	DE	07/07/2014
Márdila Fernanda Luz Taveira Coutinho	014.306.503-38	Especialização em Docência do Ensino Superior	X	X	Psicologia da Educação Educação especial Gestão e organização da escola do campo Relações Étnico-Raciais	40h	12/07/2016
Melise Pessoa Araújo Meireles	007.910.433-98	Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Doutoranda em Etnobotânica	X		Metodologia do Ensino de Biologia Biologia Vegetal II Geociências	DE	23/04/2015
Michelli Ferreira dos Santos	937.745.163-91	Doutorado em Biotecnologia (RENORBIO)	X		Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do campo/ Genética/ Biologia Vegetal I	DE	01/12/2014
Patrícia Sara Lopes Melo	014.672.143.88	Mestrado em Educação Doutoranda em Educação	X		Em afastamento	DE	21/07/2014
Simone Vieira Batista	031.999.844-44	Mestrado em Educação Doutoranda em Educação	X		História, Identidade e Memória dos povos do campo História da Educação Legislação e Organização da Educação Básica Didática Avaliação da Aprendizagem	DE	05/08/2014
Suzana Gomes Lopes	014.471.293-85	Doutorado em Biotecnologia (RENORBIO)	X		Ecologia Biologia Animal II Estágio Supervisionado I	DE	01/12/2014
Tamaris Gimenez Pinheiro	000.724.391.06	Doutorado em Ciências Biológicas	X		Seminário de Introdução ao Curso	DE	07/07/2014

							Biologia Celular Educação Ambiental Estágio Supervisionado I
Nádia Fernandes Martins de Araújo	012.855.343-01	Especialização em LIBRAS	X		LIBRAS	DE	13/07/2017

*Lotado na Chefia do Curso; **Lotado em outros Cursos, mas ministra disciplina(s) neste Curso; ***Contrato temporário (não efetivo).

Quadro 14 – Descrição do quadro de servidores técnicos do Curso de licenciatura em Educação do Campo, CSHNB.

NOME DO TÉCNICO	CPF	TITULAÇÃO	SITUAÇÃO NO CURSO		CARGO	REGIME DE TRABALHO	ADMISSÃO
			Específico*	Colaborador**			
Aldo Rhak Alves Alexandre	661.724.383/87	Graduação em contabilidade	X		Técnico administrativo	40 horas	11/02/2015
Daniela Rosa Alves da Silva Pereira	676.836.064-72	Especialização em Educação	X		Pedagoga	40 horas	14/04/2014

*Lotado na Chefia do Curso; **Lotado em outros Cursos, mas que presta serviços neste Curso.

19 INFRAESTRUTURA

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo apresenta as seguintes estruturas físicas disponíveis no CSHNB:

- a) **Sala da Coordenação do Curso:** Compreende uma sala individualizado para Coordenador(a) e subcoordenador(a), com mesas, cadeiras, armários, computadores, impressora e ar condicionado. Ambiente destinado para realizações dos serviços acadêmicos, bem como o atendimento de alunos e professores.
- b) **Secretaria:** ambiente para atendimento ao público, climatizado, com armário, bancada, cadeiras, computadores e impressora. Local em que atua o técnico-administrativo para apoio em assuntos educacionais relacionados à Coordenação do Curso, alunos, professores e público em geral.
- c) **Sala de apoio educacional:** ambiente para atendimento pedagógico aos alunos e docentes da LEDOC. É uma sala climatizada, com armário, computador e mesas, no qual a técnica-administrativa com nível superior em pedagogia realiza suas atividades.
- d) **Sala de reunião:** ambiente amplo, climatizado, com mesa, cadeiras e equipamento para *web conferência*. Seu uso está condicionado à disponibilidade, visto que atende todo o *campus* e para obter acesso ao espaço se faz necessário o agendamento.
- e) **Sala de professores:** o *campus* disponibiliza duas salas climatizadas para o trabalho docente. Nela encontram-se mesas e cadeiras além de *internet*. Ali os professores preparam suas aulas e atendem os alunos para esclarecimentos de dúvidas e orientação de trabalhos.
- f) **Auditórios:** encontram-se disponíveis no *campus* dois auditórios com capacidade para 300 e 150 pessoas. Ambos possuem sistema de som, centrais de ar, poltronas acolchoadas e tablado. Seu uso também é condicionado à disponibilidade e o acesso se faz mediante agendamento.
- g) **Salas de aula:** as salas de aulas são climatizadas, possuem número de carteiras suficientes para atender a todos os alunos das turmas, *data show*, quadro de acrílico e tela de projeção. Sua disponibilização é realizada mediante solicitação da Coordenação do Curso ao Setor de Patrimônio visto que o calendário do Curso é diferenciado dos demais que ocorrem no *campus*, necessitando da organização do Setor.
- h) **Laboratório de informática:** o *campus* também dispõe de dois laboratórios de informática, os quais são de responsabilidade do Curso de Sistema de Informação. Cada um apresenta cerca de 24 computadores com *softwares* diversos e *internet* e a utilização é feita mediante solicitação à Coordenação do Curso responsável.

i) Laboratório multidisciplinar: laboratório em que são realizadas as aulas práticas das disciplinas de Biologia e Química. Possui bancadas, bancos, vidrarias, reagentes, equipamentos especializados (microscópio, lupas, balança analítica, pHmetro, etc.), modelos anatômicos e quadro de acrílico. O apoio às aulas é dado pelos técnicos laboratoriais do *campus* com agendamento do espaço e solicitação dos itens que serão utilizados em aula.

j) Biblioteca: acervo bibliográfico específico do curso e em outras áreas, periódicos específicos, salão de estudo climatizado, mesas, cadeiras, salas individuais de estudo, *internet* disponível para pesquisa e acesso livre ao Periódico Capes/MEC para alunos e professores.

k) Restaurante universitário: espaço destinado para a alimentação dos estudantes e servidores do CSHNB. Serve almoço e jantar previamente planejados por nutricionistas, cujo cardápio é disponibilizado no local e também em redes sociais e na página oficial da Instituição. No caso dos alunos do Curso, durante o tempo-universidade eles não pagam pela refeição, sendo esta custeado por recursos do mesmo.

REFERÊNCIAS

BEGNAMI, J. B. **Formação pedagógica de monitores das Escolas Famílias**

Agrícolas e Alternâncias: um estudo intensivo dos processos formativos de cinco monitores. Belo Horizonte. 2003. 263 p. Dissertação (Mestrado Internacional em Ciências da Educação) - Universidade Nova de Lisboa e Universidade François Rabelais de Tours. 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF, 5 out 1988.

_____. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN). Brasília, DF, 20 dez 1996.

_____. **Lei Nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasil, DF, 09 jan 2001.

_____. **Parecer Nº 09**, de 08 de maio de 2001. Conselho Nacional de Educação. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 08 mai 2001.

_____. **Parecer Nº 28**, de 02 de outubro de 2001. Conselho Nacional de Educação. Assunto: Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 02 out 2001.

_____. **Parecer Nº 36**, 04 de dezembro de 2001. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF, 04 dez 2001.

_____. **Lei Nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 09 jan 2003.

_____. **Decreto Nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 23 jul 2004.

_____. **Resolução N° 1**, de 21 de janeiro de 2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 21 jan 2004.

_____. **Parecer N.º 3**, de 10 de março de 2004 Conselho Nacional de Educação. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 10 mar 2004.

_____. **Parecer N° 15**, de 02 de fevereiro de 2005. Conselho Nacional de Educação/CES. Assunto: Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP N° 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Brasília, DF, 02 fev 2005.

_____. **Parecer N° 1**, de 01 de fevereiro de 2006. Conselho Nacional de Educação. Assunto: Dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância. Brasília, DF, 01 fev 2006.

_____. **Decreto N° 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 07 fev 2007.

_____. **Manual de Educação no Campo**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)/Ministério de Educação, 2008.

_____. **Resolução N° 2**, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, DF, 28 abr 2008.

_____. **Lei Federal N° 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23

de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória Nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF, 25 set 2008.

_____. **Parecer Nº 3**, de 18 de fevereiro de 2008. Conselho Nacional de Educação. Reexame do Parecer Nº 23/2007 CNE/CEB, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo. Brasília, DF, 11 abr 2008.

_____. **Lei Nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis Nº 10.880/2004, 11.273/2006, 11.507/2007; revoga dispositivos da Medida Provisória Nº 2.178-36/2001, e a Lei Nº 8.913/1994; e dá outras providências. Brasília, DF, 16 jun 2009.

_____. **Decreto Nº 7.352**, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, DF, 04 nov 2010.

_____. Edital de seleção Nº 02, de 31 de agosto de 2012. SESU/SETEC/SECADI/MEC. Chamada Pública para seleção de Instituições Federais de Educação Superior – IFES e de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, para criação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo, na modalidade presencial. Brasília, DF, 31 ago 2015.

_____. **Lei Nº 12.695**, de 25 de julho de 2012. Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas; altera a Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola; altera a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo; altera a Lei no 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos; altera a Lei no 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e dá outras providências. Brasília, DF, 25 jul 2012

_____. **Resolução Nº 02**, de 01 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF, 01 jul 2015

_____. **Parecer Nº 02**, de 09 de junho de 2015. Conselho Nacional de Educação. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília, DF, 25 jun 2015.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC/Inep/Sinopse do Censo Superior PNE, 2015

_____. **Observatório do Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC. 2015. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Decreto Nº 8.752**, de 09 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília, DF, 09 mai 2016.

_____. **Nota Técnica Conjunta Nº 03**, de 27 de abril de 2016. SECADI/GAB, GABINETE DA SETEC, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESU). Assunto: Licenciatura em Educação do Campo. Brasília, DF, 27 abr 2016.

_____. **Sinopses Estatísticas**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

CHARTIER, D. **A l'aubedesformations par alternance**: histoire d'une pédagogie associative dans le monde agricole et rural. Paris: Messonance, Éditions UNMFREO, 1986.

ESTEVAM, D.O. **Casa Familiar Rural**: a formação como base da Pedagogia da Alternância. Florianópolis: Insular, 2003.

NOSELLA, P. **Uma nova educação para o meio rural**: sistematização e problematização da experiência educacional das Escolas da Família Agrícola do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo. 1977. 204 p. Dissertação

(Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1977.

PESSOTTI, A.L. **Escola da Família Agrícola**: uma alternativa para o ensino rural. 1978. 194 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas - IESAE. Rio de Janeiro, 1978.

QUEIROZ, J.B.P. **Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil: Ensino Médio e Educação Profissional**. 2004. 210 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, UNB, Brasília, 2004.

RAMOS, M.N.; MOREIRA; T.M.; SANTOS, C.A. (Coord.). **Referências para uma política de educação do campo**: caderno de subsídios. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

SANTOS, C.R. **Avaliação educacional: um olhar reflexivo sobre sua prática**. São Paulo: AVERCAMP, 2004.

SILVA, L.H. **As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias?** Viçosa: Editora UFV, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014**. Teresina, 2010.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. Teresina, 2015.

_____. **Resolução N° 177**. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX, de 05 de novembro de 2012. Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2012.

_____. **Portaria N° 330**. Câmara de Ensino – CAMEN, de 22 de julho de 2017. Aprova as Diretrizes gerais para o Trabalho de Conclusão de Cursos de Graduação da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2017.